

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ALEKSEI RAFAEL IVANOV

**OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA
CONDICIONADA: ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA
DE 2004 A 2008**

Florianópolis, 2011

ALEKSEI RAFAEL IVANOV

**OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA
CONDICIONADA: ANÁLISE NOS MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA
DE 2004 A 2008**

Monografia submetida ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Profa. Dra. Eva Yamila Amanda da Silva Catela

Florianópolis, 2011

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

A banca examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 ao aluno Aleksei Rafael Ivanov na disciplina CNM5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Eva Yamila Amanda da Silva Catela
Presidente

Profa. Msc. Carmen Rosário O. G. Gelinski
Membro

Prof. Dr. Marcos Alves Valente
Membro

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio, paciência e amor em todos os momentos. Aos amigos pelas ocasiões de entretenimento, à Universidade Federal de Santa Catarina pelo amparo durante o período de graduação. Agradeço aos professores do departamento de economia, em especial à minha orientadora professora Eva, pela condução da monografia. Aos colegas da Caixa Econômica Federal pela confiança e carinho. A todos, muito obrigado.

“N3o tentes ser bem sucedido, tenta antes ser um homem de valor.”

Albert Einstein (1879 - 1955)

RESUMO

Criados pelo Governo Federal com o objetivo de reduzir a pobreza e melhorar a distribuição de renda no país, os programas de transferência de renda condicionada também foram de fundamental importância para que o Brasil atingisse o desenvolvimento obtido nos últimos anos. De acordo com dados do IPEA, esses programas, além de ter caráter social, gerar demanda por serviços básicos e melhorar a distribuição de renda da população, aumentam o consumo e a renda das pessoas, o que motiva um efeito multiplicador no mercado interno. O principal programa dessa natureza no país é o Programa Bolsa Família, que atende 13 milhões de famílias e cerca de 50 milhões de pessoas. O presente trabalho faz um estudo da atuação do Programa Bolsa Família no Brasil e em Santa Catarina e, mediante aplicação do critério de Calinski e Harabasz e da análise de cluster, identifica, nos municípios catarinenses nos anos de 2004, 2006 e 2008, características do PIB per capita e relação da quantidade de famílias beneficiadas pelo PBF e estimativa da população. Por fim, a análise de cluster confirma a existência de heterogeneidade dos municípios catarinenses nas três variáveis aplicadas. Conclui-se que o PBF contribui de forma significativa para o alívio da pobreza e redução da desigualdade de renda, mas existe um potencial de crescimento e distribuição a ser alcançado para que o programa consiga se consolidar e possibilitar uma melhor evolução do desenvolvimento dos municípios de Santa Catarina.

Palavras-chave: Programas de transferência de renda condicionada. Bolsa Família. Desenvolvimento. Santa Catarina.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Tabela de constituição dos valores do PBF - MDS	27
Figura 2 - Tabela de constituição dos valores do PFB - MDS	28
Figura 3 - Descrição dos valores do programa bolsa família	28
Figura 4 - Evolução do Programa Bolsa Família	31
Figura 5 - Tamanho do programa bolsa família	31
Figura 6 - Participação das pessoas beneficiárias do bolsa família na população total	33
Figura 7 - Participação das pessoas beneficiárias do bolsa família.....	33
Figura 8 - Mapa comparativo do bolsa família 2004-2011	34
Figura 9 - Impacto dos benefícios do PBF na renda das famílias beneficiárias.....	35
Figura 10 - Acompanhamento das contrapartidas	36
Figura 11 - Evolução de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família em SC.....	37
Figura 12 - Evolução do Valor Total do Programa Bolsa Família em SC	37
Figura 13 - Mapa Comparativo do Bolsa Família dos municípios do estado de Santa Catarina	38

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Criterio Calinski-Harabasz para número ótimo de grupos.....	42
Tabela 2 - Características dos clusters - ano 2004.....	42
Tabela 3 - Criterio Calinski-Harabasz para número ótimo de grupos.....	43
Tabela 4 - Características dos clusters - ano 2006.....	43
Tabela 5 - Criterio Calinski-Harabasz para número ótimo de grupos.....	44
Tabela 6 - Características dos clusters - ano 2008.....	44
Tabela 7 - Municípios que não migraram de grupo.....	46

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FGV	Fundação Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IGD-M	Índice de Gestão Descentralizada Municipal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
ONU	Organização das Nações Unidas
PBF	Programa Bolsa Família
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SENARC	Secretaria Nacional de Renda e Cidadania

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Tema e Problema	11
1.2 Objetivos.....	12
1.2.1 Objetivo Geral	12
1.2.2 Objetivos Específicos	12
1.3 Justificativa.....	12
2 METODOLOGIA.....	14
3 REFERENCIAL TEÓRICO	15
3.1 Desenvolvimento Econômico.....	15
3.2 Programas de Transferência de Renda Condicionada	18
4 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	22
4.1 Análise do Programa Bolsa Família no Brasil.....	30
4.2 Análise do Programa Bolsa Família em Santa Catarina.....	36
5 AGRUPAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA CONFORME A QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E PIB PER CAPITA	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS	48
APÊNDICE A - CRITÉRIO CALINSKI-HARABASZ PARA NÚMERO ÓTIMO DE GRUPOS EM 2004, 2006 E 2008	53
APÊNDICE B - MUNICÍPIOS DE SC COM MAIORES PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES	54
APÊNDICE C - MUNICÍPIOS DE SC COM MENORES PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES	55

APÊNDICE D - MUNICÍPIOS DE SC COM MAIOR QUANTIDADE DE FAMÍLIAS NO PBF.....	56
APÊNDICE E - MUNICÍPIOS DE SC COM MENOR QUANTIDADE DE FAMÍLIAS NO PBF.....	57
APÊNDICE F - MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DE SC	58
APÊNDICE G - MUNICÍPIOS MENOS POPULOSOS DE SC	59
APÊNDICE H - MOBILIDADE DOS MUNICÍPIOS DE SC NOS GRUPOS EM 2004, 2006 E 2008	60

1 INTRODUÇÃO

1.1 Tema e Problema

Enquanto os programas de transferência de renda possuem um objetivo puramente social, o foco dos programas de transferência de renda condicionada encontra-se na geração de demanda por serviços básicos como saúde e educação. A condicionalidade implica que o acesso a certo benefício está atrelado a atividades obrigatórias como, por exemplo, que as crianças da família frequentem a escola ou um posto de saúde.

Os Programas de Transferência de Renda no Brasil, que tem o Programa Bolsa Família como carro chefe, atendem um quarto da população brasileira, são 13 milhões de famílias e cerca de 50 milhões de pessoas e foram criados pelo Governo Federal com o objetivo inicial de reduzir a extrema pobreza e melhorar a distribuição de renda no país.

O Programa Bolsa Família foi lançado em outubro de 2003, no processo de evolução das políticas sociais do governo. Como meta de acabar com as diferentes ações e cadastros de beneficiários, o programa surgiu da unificação dos seguintes programas de transferência de renda: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás.

Existem estudos que apontam que esses programas foram fundamentais para o crescimento econômico brasileiro, contudo, críticos pregam que esses programas possuem somente caráter assistencialista e não influenciam a economia.

Diante desse contexto e, considerando que o Brasil, nos últimos anos, conseguiu aumentar o consumo interno, manteve o crescimento econômico, além de melhorar a distribuição de renda da população, conforme dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), pretende-se, nesse trabalho, analisar a atuação deste Programa de Transferência de Renda no país e identificar, nos municípios catarinenses, características do PIB per capita e relação da quantidade de famílias beneficiadas pelo PBF e estimativa da população mediante a aplicação do critério de Calinski e Harabasz.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar, através da análise de cluster, características do PIB per capita e relação da quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e estimativa da população nos municípios catarinenses nos anos de 2004, 2006 e 2008.

1.2.2 Objetivos Específicos

Analisar a atuação dos Programas de Transferência de Renda Condicionada no Brasil e em Santa Catarina.

Aplicar o critério de Calinski e Harabasz e verificar a existência de heterogeneidade entre os municípios de Santa Catarina quando considerados o PIB per capita e a proporção de famílias beneficiadas com o PBF.

1.3 Justificativa

Nos últimos anos, o Brasil obteve um crescimento econômico expressivo, desenvolveu-se de modo a figurar entre as maiores economias mundiais mesmo no período de crise mundial. Concomitantemente com esse crescimento, verifica-se que a desigualdade na distribuição da renda diminuiu, mas o Brasil ainda se situa entre os países com a pior distribuição de renda do mundo (HOFFMANN 2001; NEY, 2008)¹. Este resultado tem

¹ Segundo os autores, o índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita cai de 0,594 em 2001 para 0,559 em 2006.

relação com a atuação do governo na promoção do desenvolvimento social da população, principalmente através da implantação e unificação dos programas de transferência de renda.

No momento que o Brasil atravessa, desempenham papel decisivo a eliminação da pobreza, da miséria e uma dinâmica da economia que promove uma integração de política social com crescimento econômico.

Existe uma linha de economistas que afirma que os programas sociais foram e são fundamentais para o crescimento da economia do Brasil, já que além de permitir a inclusão social dos mais necessitados, estimula a economia regional e fortalece o mercado interno, pois toda a economia é beneficiada porque a renda proveniente se multiplica no circuito de consumo.

Outra vertente de economistas possui opinião divergente, falam que esses programas sociais possuem somente caráter assistencialista e não causam grandes impactos econômicos.

O crescimento econômico do Brasil foi liderado pelas regiões norte e nordeste, regiões estas, que estão representadas por mais de 60% do total de beneficiários do Programa Bolsa Família do país.

Do outro lado, estados como Santa Catarina, que exibem uma distribuição da renda muito menos desigual, segundo o PNUD, exibem grandes disparidades regionais no que se refere ao PIB per capita e a proporção de beneficiários do Programa Bolsa Família.

Diante desse cenário, o estudo propõe-se a analisar a atuação dos Programas de Transferência de Renda Condicionada no Brasil e em Santa Catarina e identificar, através da análise de cluster, características do PIB per capita e relação da quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e estimativa da população nos municípios catarinenses nos anos de 2004, 2006 e 2008.

2 METODOLOGIA

O presente estudo é de caráter explicativo e caracteriza-se como uma pesquisa quantitativa, existe uma preocupação para com a representatividade numérica da pesquisa e procura, a partir da coleta e análise de dados, explicações para os objetos de pesquisa levantados.

Hughes (apud MINAYO, 1996, p. 30) lista fundamentos básicos da pesquisa quantitativa nas ciências sociais, quais sejam: o mundo social opera de acordo com leis causais; o alicerce da ciência é a observação sensorial; a realidade consiste em estruturas e instituições identificáveis enquanto dados brutos por um lado, crenças e valores por outro [...]; o que é real são dados brutos considerados dados objetivos; valores e crenças são realidades subjetivas que só podem ser compreendidas através dos dados brutos.

Pode-se definir dados de pesquisa como representações dos fatos que ocorrem, fontes da informação, conhecimento. Variáveis são características observadas, sendo também classificadas como qualitativas, quando os resultados são qualidades, e quantitativas, quando os possíveis resultados são números de uma escala (ZANELLA, 2007).

De acordo com Maddala (2002), a econometria é a “aplicação de métodos estatísticos e matemáticos na análise de dados econômicos com o propósito de dar conteúdo empírico a teorias econômicas e confirmá-las ou refutá-las”.

Com base nos objetivos gerais, o método econométrico também se mostra adequado aos objetivos em razão de permitir testar e descrever empiricamente as hipóteses levantadas, além conseguir aproximar a estatística da teoria econômica. Assim, a teoria econômica torna-se uma maneira de conseguir mensurar as relações econômicas.

Os dados serão coletados por meio de pesquisa bibliográfica em livros, revistas especializadas, artigos de jornais e no sítio do Ipeadata, IBGE e MDS, onde estão localizadas tabelas e outras informações necessárias.

A pesquisa documental será feita nos arquivos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, onde serão encontrados regulamentos, leis e portarias.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo são apresentados os referenciais a respeito do estudo para que se obtenha fundamentos teóricos e sejam cumpridos os objetivos estabelecidos no presente trabalho.

3.1 Desenvolvimento Econômico

De acordo com Souza (1997), apesar de que o desenvolvimento econômico seja um tema mais presente a partir do século passado, a preocupação com esse assunto, principalmente na Europa, é bem mais remota. Todavia, na época, o alvo dos responsáveis pelas finanças do governo era aumentar o poder econômico e militar reinante e, raramente, havia algum tipo de preocupação em viabilizar a evolução das condições de vida do povo.

O autor estabelece que

“[...] O tema crescimento econômico, no plano acadêmico, emerge, portanto, com vigor, com a obra capital de Adam Smith, *A riqueza das nações*. Nesse livro, o autor procura identificar os fatores da formação da riqueza nacional; explica como o mercado opera e qual importância do aumento do tamanho dos mercados para reduzir os custos médios de produção e permitir a produção com lucros. Expandindo-se os mercados, aumenta-se a renda e o emprego” (SOUZA, 1997, p.16).

Posteriormente, começa a diferenciação entre o que é crescimento econômico e o desenvolvimento. Pode-se citar a obra *Teoria do desenvolvimento econômico*, de Schumpeter, na qual o autor descreve a diferença entre desenvolvimento e crescimento, relatando que na existência somente do crescimento a economia funciona como um sistema de fluxo circular de equilíbrio, com as variáveis econômicas aumentando devido à expansão demográfica. O desenvolvimento acontecerá somente quando os empresários inovadores lançarem no mercado inovações tecnológicas e, para isso, deverão obter financiamento através de crédito bancário, assim, esses empresários conseguirão lucro extraordinário.

Conforme Sen (2000), desenvolvimento pode ser encarado como um processo de alargamento das liberdades reais de que uma pessoa goza.

[...] A tônica nas liberdades humanas contrasta com perspectivas mais restritas de desenvolvimento, que o identificam com o crescimento do produto nacional bruto, com o aumento das receitas pessoais, com a industrialização, com o progresso tecnológico, ou com a modernização social. Considerar o desenvolvimento como expansão das liberdades substantivas orienta a ação para os fins que tornam o desenvolvimento algo importante, mais do que para os meios que desempenhem papéis de relevo. A liberdade é nuclear ao processo de desenvolvimento por duas ordens de razões: 1. Avaliação: a apreciação do progresso tem de ser feita em termos do alargamento das liberdades das pessoas; 2. Eficácia: a eficácia do desenvolvimento depende da ação livre das pessoas. O que as pessoas podem efetivamente realizar é influenciado pelas oportunidades econômicas, pelas liberdades políticas, pelos poderes sociais e por condições de possibilidade como a boa saúde, a educação básica, e o incentivo e estímulo às suas iniciativas. (SEN, 2000, p. 25).

Questionamentos são feitos para ver se as liberdades de participação, as discordâncias políticas de poder usufruir educação básica são, ou não, “indutoras de desenvolvimento”. Esta forma de colocar as questões passa ao lado da compreensão capital de que estas liberdades são constituintes do desenvolvimento (SEN, 2000). Estas liberdades podem ser consideradas eficazes para o progresso econômico, mas essa justificativa deve considerar, primordialmente, o papel diretamente constitutivo destas liberdades para o desenvolvimento. Sen (2000) relata que o rendimento e a liberdade de viver bem e por muito tempo divergem. Os cidadãos do Gabão, da África do Sul ou do Brasil podem ser, em termos de PIB per capita, muito mais ricos do que os cidadãos do Sri Lanka, da China, ou do estado indiano de Kerala, sendo que os últimos têm uma esperança de vida substancialmente superior. A capacidade dos mecanismos de mercado para contribuir para um elevado crescimento econômico e para um progresso econômico global tem impactos sobre o desenvolvimento, porém, a liberdade não é apenas um meio. Como Adam Smith escreveu, a liberdade de troca e transação é, em si mesma, parte e porção das liberdades básicas a que as pessoas, justificadamente, atribuem valor. A não aceitação da liberdade de participar no mercado de trabalho é uma das maneiras de conservar as pessoas em servidão e cativo, e a luta contra a exploração do trabalho forçado em muitos países do terceiro mundo é, hoje, importante por razões semelhantes às que tornaram imperiosa a guerra civil americana.

A liberdade de participar nas trocas econômicas tem um lugar básico na vida social. A abordagem do “desenvolvimento como liberdade” proporciona uma perspectiva mais lata e mais inclusiva dos mercados do que a que é freqüentemente invocada quando se defendem ou quando se vituperam os mecanismos do mercado. Segundo Sen (2000)

[...] a visão do desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades concretas imbricadas umas nas outras permite a apreciação simultânea do papel vital de muitas instituições diferentes, incluindo mercados e organizações

relacionadas, governos e autoridades locais, partidos políticos e instituições cívicas, sistemas educacionais, meios de comunicação, etc. Tal abordagem permite-nos reconhecer o papel dos valores sociais e dos valores dominantes, que influenciam as liberdades de que as pessoas gozam e justificadamente resguardam. Normas partilhadas influem nas realizações sociais, como a igualdade dos gêneros, a natureza dos cuidados infantis, o planejamento familiar e os modelos de procriação, ou o modo como se lida com o ambiente. Os valores dominantes e os costumes sociais afetam também a presença e ausência da corrupção e o papel da confiança nas relações econômicas, sociais e políticas. O exercício da liberdade é mediatizado por valores, mas, por sua vez, os valores são influenciados pelo debate público e pelas interações sociais, estes mesmos influenciados pelas liberdades de participação. (SEN, 2000, p. 31).

Sen (2000) define cinco espécies de liberdade, vistas sob uma perspectiva instrumental: liberdades políticas; disponibilidades econômicas; oportunidades sociais; garantias de transparência; proteção da segurança. Na perspectiva do “desenvolvimento como liberdade”, as liberdades instrumentais ligam-se umas às outras e com os fins de plenitude da liberdade humana em geral. As liberdades não são apenas o fim primordial do desenvolvimento, contam também entre os meios principais. As liberdades políticas (sob a forma de livre expressão e eleições) ajudam a promover a segurança econômica. As oportunidades sociais (sob a forma de serviços de educação e de saúde) facilitam a participação econômica. Os dispositivos econômicos (sob a forma de oportunidade de participar no comércio e na produção) podem ajudar a gerar tanto a riqueza pessoal como os recursos públicos destinados a serviços sociais.

Não existe uma definição única para desenvolvimento, alguns economistas, como os modelos de crescimento de Meade e de Solow, o consideram como um sinônimo de crescimento, outros economistas, como Lewis (1969), Nurkse (1957), Hirschman (1974), que elaboraram modelos que podem ser comparados com as economias subdesenvolvidas, entendem que o crescimento é uma condição indispensável para o desenvolvimento, porém, não é qualidade única. Para os economistas que agregam crescimento com desenvolvimento, os países são subdesenvolvidos porque obtêm crescimento menor do que os países desenvolvidos apesar de possuírem recursos ociosos. Pode-se definir subdesenvolvimento como sendo uma insuficiência do crescimento anual em relação ao crescimento demográfico, muitas vezes associadas pela concentração de renda e riqueza.

Desenvolvimento não significa somente um crescimento econômico, são os fatores do crescimento como a melhoria do nível de vida da população e estabilidade econômica e política que formam as condições iniciais e imprescindíveis para esse desenvolvimento. O desenvolvimento parte de um crescimento de variáveis básicas, como produção, emprego e renda, que formam uma base para que ocorra um aumento da produtividade e melhoria da

distribuição de renda e bem estar da população de um país. Neste sentido, os programas de transferência de renda condicionados, definidos a seguir, se transformaram em uma forma de distribuir renda e aumenta o bem-estar da população atingida.

3.2 Programas de Transferência de Renda Condicionada

Inúmeras economias implantaram e desenvolveram Programas de Transferência de Renda, programas estes, que fornecem dinheiro para uma classe de famílias de baixa renda mediante o cumprimento de ‘regras’ previamente estabelecidas, chamadas de condicionalidades. Os Programas de Transferência de Renda Condicionada se consolidaram, nos últimos 20 anos, na principal inovação da política de proteção social dos países da América Latina.

A implementação de programas de transferência de renda condicionada tem sido acompanhada de esforços sistemáticos para medir a sua eficácia e compreender seu impacto direto sobre o comportamento das famílias. Esses programas também são uma abordagem inovadora para a prestação de serviços sociais, pois as condicionalidades tornaram-se um instrumento para investimentos de capital para assistência social a curto prazo e investimento humano a longo prazo, já que servem como uma alternativa para programas de assistência social e um complemento para o fornecimento de serviços de saúde e educação, como comprovam resultados da avaliação de programas lançados em vários países nos últimos anos, como Colômbia, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua e Turquia.

O primeiro programa criado, em termos de desenho, foi implementado em Honduras, em 1990, e tinha como meta melhorar os efeitos das políticas de ajuste estrutural sobre as famílias mais pobres, por meio da manutenção do nível de consumo das famílias ou, pelo menos, evitando que caísse abaixo de um nível crítico (COHEN; FRANCO; VILLATORO, 2006). O programa tinha condicionalidades, na sua maior parte, ligadas à frequência escolar e a visitas aos centros de saúde, que não foram monitoradas (MOORE, 2007).

O Progresa foi lançado em 1997 no México, renomeado em 2001 para Oportunidades, sendo criado a partir de um debate que começou em 1994, na busca de uma resposta à crise econômica que levou ao aumento da pobreza no país (GONZALES DE LA ROCHA, 2010) e buscava agregar componentes de saúde e educação e promover a queda da pobreza e da

desigualdade social. Também existe, na Colômbia, o programa de ação (FA), em Honduras o programa de assistência da família (PRAF), na Jamaica o programa de avanço através de saúde e educação (Caminho), na Nicarágua tem a rede de proteção Social (RPS) e a Turquia possui o fundo de Solidariedade Social (SSF).

Um dos focos dos Programas de Transferência de Renda condicionada são as crianças, sendo necessário o acompanhamento das condições estabelecidas como pré-requisito para que as famílias sejam contempladas. O papel tradicional dos programas de assistência social é a redistribuição de renda e recursos para os necessitados com objetivo de combater a pobreza a curto prazo durante os períodos de crise. No entanto, os programas e políticas sociais estão mudando ao começar a agregar desenvolvimento do capital humano e crescimento econômico de longo prazo, como explica Ravallion e Chen (2003), pela tomada de seguro disponíveis, ajudando, com crédito, pobres a se tornarem trabalhadores produtivos e, com incentivos para investimentos de longo prazo no capital humano, redes de segurança são vistas agora como um papel potencialmente importante para compensar as falhas de mercado que ajudavam a perpetuar a pobreza e a alta desigualdade social.

Políticas Públicas são reações do poder público às demandas da sociedade traduzindo-se na oferta de bens ou serviços públicos em termos de política de infra-estrutura urbana, políticas sociais, políticas de proteção ao consumidor, entre outras. Para a mesma autora as Políticas Sociais são uma política particular dentro das políticas públicas com “a função social e política de melhorar ou mudar as condições de parcela da população, particularmente a que está em piores condições de bem-estar mínimo”. Às Políticas Públicas são imputados os objetivos de “prevenir, enfrentar e reduzir a situação de pobreza das famílias” (DUARTE; SAMPAIO E SAMPAIO, 2009). Quanto aos programas de transferência condicionada, a idéia é investir na proteção social já que objetivam elevar o investimento em capital humano, diminuindo a reprodução da pobreza por falta de investimento na capacidade dos indivíduos.

As Políticas Sociais podem ser universais ou focalizadas. Como políticas sociais universais podem ser citadas aquelas voltadas à saúde e educação, que buscam medidas abrangentes e inclusivas em direção a toda a sociedade. As políticas públicas focalizadas, como as de combate à pobreza, “têm caráter seletivo (operam na lógica da discriminação positiva) e visam combater um estoque acumulado de carências agudas”. (BICHIR, 2010, p.6).

Esses programas são alvo de críticas comumente aplicadas também aos programas sociais tradicionais, quais sejam, o direcionamento de pobreza fraca, alto custo administrativo, falta de integração de diferentes projetos, objetivos independentes, acusações de paternalismo

e clientelismo e excessivo foco na redução da pobreza atual com pouca atenção à pobreza estrutural, a longo prazo.

Com destaque para a acumulação de capital humano e na redução da pobreza, as transferências de renda condicionadas são, talvez, as manifestações mais claras de política deste novo pensamento em programas de assistência social, já que, através de transferência condicionadas em dinheiro, favorecem a acumulação de capital humano entre os jovens como um meio de quebrar o ciclo da pobreza atual, fornecendo suporte para o consumo.

Salienta-se que, com base nos programas de assistência tradicionais, os Programas de Transferência de Renda condicionada também introduziram outras características importantes, como o fornecimento de subsídios diretamente às famílias pobres, o que altera as relações de responsabilidade entre o governo, prestadores de serviços e os pobres. As condições exigidas servem como um incentivo para famílias pobres usarem os serviços de saúde e educação disponíveis, reforçam a ligação entre provedores de serviço e os pobres, além de contribuir para que os governos tenham uma relação direta com essas famílias, o que propicia uma co-responsabilidade ao exigir que as famílias assumam responsabilidades pela educação, cuidados com a saúde e o uso apropriado do dinheiro. Os programas procuram complementar os elementos do desenvolvimento do capital humano através da inclusão de componentes de saúde, nutrição e educação e é promovida a utilização de dinheiro como eficiente e flexível, proporcionam a criação de mercados secundários que são freqüentemente associados com as transferências em espécie.

A ONU - Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo da Organização das Nações Unidas divulgou inúmeros artigos que tratam da relação entre os programas de transferência de renda e o desenvolvimento sustentável, sendo, que entre os programas de transferência de renda estudados, o Programa Bolsa Família foi citado de forma especial. Conforme Lehmann (2011), os programas de transferência de renda auxiliam também aqueles que não recebem o benefício direto, mas por morarem em comunidades beneficiadas acabam por terem acréscimos no consumo de alimentos, assim, “[...] as famílias inelegíveis das comunidades onde o programa foi implementado podem aumentar seu consumo a um nível próximo ao das famílias que recebem a transferência.” (LEHMANN, 2011, p.3). Esta forma de crescimento é denominada de pró-pobre, o crescimento beneficia proporcionalmente mais os pobres que os não-pobres (ZEPEDA, 2011).

De acordo com Lehmann (2011), a taxa de matrículas escolares aumenta também entre os membros de famílias inelegíveis aos programas de transferência de renda. Glewwe e Kassouf (2011) relatam que além de aumentar o número de matrículas os programas de

transferência condicional de renda também reduzem as taxas de abandono escolar pelo estímulo de que as condicionalidades já estarão sendo exercidas quando a família se tornar elegível para o programa (LEHMANN, 2011).

Uma observação feita por Lehmann (2011) é a evolução nas condições de saúde tanto das crianças de famílias beneficiadas pelos programas de transferência condicional de renda quanto das crianças das famílias não contempladas pelos programas. Pode-se verificar que casos em que as atividades de melhoria da saúde relacionada aos programas são realizadas em escolas em que freqüentam crianças das famílias beneficiadas pela transferência de renda e outras não beneficiadas. A melhoria da saúde das crianças medicadas e acompanhadas pelo programa estimula outras famílias a tomarem as mesmas atitudes e buscar auxílio médico e nutricional (LEHMANN, 2011, p.3).

Os estudos existentes sugerem externalidades positivas na educação, saúde, consumo alimentar e indicadores econômicos (desigualdades, bens, disponibilidade de crédito e assim por diante). Assim, as avaliações atuais e passadas, com foco exclusivo nos participantes do programa, provavelmente subestimarão o impacto global sobre a pobreza. (LEHMANN, 2011).

4 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família - PBF é um programa de transferência direta de renda para as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, que vincula o recebimento de um auxílio financeiro ao cumprimento de condicionalidades nas áreas de educação, saúde e assistência social. Ele foi criado, legalmente, a partir da Medida Provisória número 132, de 20 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei no 10.836, de 9 janeiro de 2004. Está regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, alterado pelo Decreto nº 6.157 de 16 de julho de 2007, e é gerenciado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS.

A referida medida provisória criava o PBF com a finalidade de

(...) unificar os procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do governo federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima (PNRM) vinculado à Educação (Bolsa Escola), do Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), do PNRM vinculada à saúde (Bolsa Alimentação), do Programa Auxílio-Gás e do Cadastro Único do governo federal.

Além do propósito de unificar os programas, o PBF foi criado para aumentar a quantidade de beneficiários e os valores transferidos e melhorar as condições de acompanhamento do cumprimento das condições por parte dos beneficiários (WEISSHEIMER, 2006).

É o principal programa de transferência de renda do Brasil, foi criado pelo Governo Federal destinado às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, para combater a fome, a pobreza e as desigualdades, por meio da transferência de renda, associada à garantia do acesso aos direitos sociais básicos de saúde, educação, assistência social e segurança alimentar. O estado brasileiro transfere recursos do Orçamento Geral da União e, para o recebimento do benefício, são levados em consideração, além da renda mensal per capita da família, o número de crianças e adolescentes até 17 anos.

O Programa Bolsa Família é considerado como expressão da expansão das políticas públicas de transferência direta de renda observada no Brasil recentemente (MEDEIROS; BRITTO; SOARES, 2007), e uma “expressão atual do processo de desenvolvimento histórico dos Programas de Transferência de Renda no Brasil” (SILVA, 2007). O Bolsa Família pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza, quais sejam: Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;

Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações; Coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Na dimensão da transferência de renda focaliza-se o alívio imediato da pobreza e extrema pobreza. O público alvo do programa são famílias avaliadas como extremamente pobres, com renda per capita mensal de até R\$ 70,00, famílias com renda per capita mensal entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00, que são consideradas como pobres, e que apresentem em sua composição crianças e adolescentes com idade entre 0 e 15 anos, e famílias com renda per capita mensal entre R\$ 0,00 e R\$ 140,00, que apresentem em sua composição adolescentes de 16 e 17 anos.

Bem como em outros programas de transferência de renda implantados em outros países, o Programa Bolsa Família exige contrapartidas pelos beneficiários (MONNERAT et al, 2007). Essas contrapartidas estão de acordo com a universalização dos direitos sociais, estabelecida junto com a Constituição Federal de 1988, que objetivou dissolver a vinculação da proteção social às categorias profissionais e à contribuição prévia e visam adicionar os beneficiários em serviços de educação e saúde, buscando ampliar o acesso da população aos direitos sociais e interromper os desdobramentos mais perversos da pobreza. O MDS define as condicionalidades como sendo os

[...] compromissos assumidos tanto pelas famílias beneficiárias do Bolsa Família quanto pelo poder público para ampliar o acesso dessas famílias a seus direitos sociais básicos. Por um lado, as famílias devem assumir e cumprir esses compromissos para continuar recebendo o benefício. Por outro, as condicionalidades responsabilizam o poder público pela oferta dos serviços públicos de saúde, educação e assistência social.

A dimensão do reforço ao exercício de direitos sociais básicos engloba condicionalidades, que refere ao reforço para a concretização do exercício dos direitos sociais básicos nos setores de Educação, Saúde e Assistência Social, rompendo o ciclo intergeracional da pobreza (MENDES; BARBOSA; RODRIGUES, 2009). Para o recebimento do benefício são necessários os seguintes requisitos: Inclusão da família no Cadastro Único pela prefeitura municipal; Seleção de público alvo, dentre as famílias incluídas no Cadastro Único, conforme a disponibilidade de recursos pelo ministério gestor; Condicionalidades: Para gestante em que a inscrição ocorra no pré-natal e que

compareça às consultas na unidade de saúde portando o cartão da gestante, conforme o calendário mínimo preconizado pelo Ministério da Saúde; Participação em atividades educativas ofertadas pelo Ministério da Saúde sobre aleitamento materno e promoção da alimentação saudável; A família deve manter em dia o cartão das crianças de 0 a 6 anos, com os dados sobre acompanhamento do peso e da vacinação, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde; Garantir a frequência mínima de 85% da carga horária escolar mensal em estabelecimento de ensino regular, de crianças e adolescentes de 6 a 15 anos; Garantir a frequência mínima de 75% da carga horária escolar mensal em estabelecimento de ensino regular, dos adolescentes de 16 e 17 anos; Participação, quando for o caso, em programas de alfabetização de adultos; As famílias integradas ao Programa Bolsa Família deixam de receber os benefícios do programa Cartão Alimentação e passam a receber exclusivamente o benefício Bolsa Família.

A dimensão da coordenação de programas complementares contempla a possibilidade de parcerias com diversos setores para o oferecimento de ações para o aumento da escolaridade, da qualificação profissional, para geração de emprego e renda e melhoria das condições de moradia. Mendes, Barbosa e Rodrigues (2009) definem essa terceira dimensão como “ações coordenadas dos governos e da sociedade nas áreas de geração de trabalho e renda, alfabetização, microcrédito, desenvolvimento social, entre outras, com foco nas famílias beneficiárias”. Através da complementaridade que se converte o desenvolvimento social das famílias beneficiárias do programa, resultando em ações e resultados de longo prazo. Conforme Mesquita (2006, p.481):

[...] essa última dimensão, a dos programas complementares, é a que representa o maior desafio. Por depender essencialmente de visão territorial e da identificação de potencialidades regionais, talvez seja o ingrediente capaz de trazer os governos subnacionais para o centro das decisões.

Cada município do Brasil possui uma meta de cadastramento de famílias em relação à população, estimada pela PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) homologada pelo MDS (BRASIL, 2011).

O PNAD indica a estimativa da quantidade de famílias pobres existentes no município e essa estimativa serve de base para a quantidade de famílias a serem cadastradas no Cadastro Único e para a quantidade de famílias selecionadas pelo MDS para cada município brasileiro (BRASIL, 2011).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, a gestão do Programa Bolsa Família é gerido de forma descentralizada, que é uma forma de gestão que permite que União, Estados, Distrito Federal e municípios compartilhem entre si os processos de tomadas de decisão do Bolsa Família, criando bases de cooperação para o combate à pobreza e à exclusão social, sendo que essa forma de cooperação está prevista na Constituição Federal do Brasil “as causas da pobreza e aos fatores de marginalização e a promoção da integração social dos setores desfavorecido”. (MESQUITA, 2006). Os entes federados participam da identificação de famílias em situação de vulnerabilidade e da seleção daquelas que receberão a renda mensal através da rede de pagamentos da Caixa, que é o agente operador do Programa no país. À União, através do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, cabe a gestão e a operacionalização do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para programas sociais. Na esfera federal, os Ministérios da Saúde e da Educação também desempenham importante papel na gestão de benefícios, uma vez que são responsáveis pelo acompanhamento do cumprimento das condicionalidades. Os Estados possuem papel de apoio aos municípios para a implementação e complementação do Programa, focando nas atividades de geração de trabalho e renda e de apoio às atividades produtivas. Os municípios são responsáveis pela gestão local do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais. A prefeitura deve indicar o gestor responsável pelo Programa, que deve identificar e cadastrar as famílias no Cadastro Único (BRASIL, 2011).

De acordo com Mendes, Barbosa e Rodrigues (2009), no modelo de gestão descentralizada do PBF, gestores municipais são os principais agentes públicos do Programa junto às famílias. Como executores locais do PBF, os gestores municipais podem identificar mudanças socioeconômicas das famílias e realizar as devidas atividades de gestão de benefícios, de forma centralizada ou descentralizada. O gestor municipal deve acompanhar a mobilidade geográfica, característica presente neste estrato da população, promovendo os ajustes necessários nos cadastros das famílias beneficiárias.

O Programa Bolsa Família seleciona as famílias com base nas informações inseridas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais, disponível na internet. O Cadastro é um instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País. Com base nas informações inseridas no Cadastro Único, o MDS seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no Programa. O critério principal é a renda familiar por pessoa, sendo que o cadastramento não implica na entrada imediata das famílias no Programa e no recebimento do benefício.

Para realizar as atividades de gestão dos benefícios do PBF é utilizado o Sistema de Benefícios ao Cidadão - SIBEC, disponível na internet, sendo que o município consegue realizar as manutenções (comandos de bloqueio, desbloqueio, cancelamento, reversão de cancelamento, suspensão e reversão de suspensão de benefícios, em conformidade com os dispositivos da legislação vigente) diretamente no módulo municipal do SIBEC, essa gestão garante a continuidade da transferência de renda às famílias.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome utiliza um instrumento para medir a qualidade de gestão do Programa Bolsa Família em níveis estadual e municipal, o Índice de Gestão Descentralizada – IGD, que foi institucionalizado pela Lei nº 12.058, de 13 de outubro de 2009, no âmbito municipal, estadual e distrital e que reflete o desempenho da gestão municipal do PBF e serve de base para o repasse de recursos financeiros aos municípios para aperfeiçoar as ações de gestão dos estados e dos municípios.

De acordo com o Guia Orientações para a Fiscalização e Controle Social do Programa Bolsa Família (2010), o Índice de Gestão Descentralizada Municipal - IGD-M é calculado com base em quatro variáveis que representam, cada uma, 25% do seu valor total, são elas: Taxa de cobertura de cadastros; Taxa de atualização de cadastros; Taxa de crianças com informações de frequência escolar e Taxa de famílias com acompanhamento das condicionalidades de saúde. Recebem os recursos financeiros, os municípios que: Aderiram ao Programa Bolsa Família (PBF), nos termos da Portaria GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005; Estão habilitados em qualquer nível de gestão da Assistência Social; Atingem IGD mínimo de 0,55; Tiverem em todas as taxas que compõem o IGD-M indicador igual ou superior a 0,20. O repasse dos recursos aos municípios é efetuado mensalmente e o valor é o resultado da multiplicação do seu IGD pelo valor de referência de R\$ 2,50 e da multiplicação desse primeiro produto pelo número de beneficiários do Programa Bolsa Família no município, desde que não ultrapasse a estimativa de famílias pobres baseadas nos dados do IBGE 2004. Para os Estados e Distrito Federal estão previstas condições específicas para acompanhamento do desempenho de cada estado nos itens de cobertura qualificada de cadastros, atualizações cadastrais, frequência escolar e acompanhamento da saúde em sua área de atuação.

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) trabalha com quatro tipos de benefícios: Benefício Básico (R\$ 70,00 pagos apenas a famílias extremamente pobres, com renda per capita igual ou inferior a R\$ 70,00); Benefício Variável (R\$ 32,00 pagos pela existência na família de crianças de zero a 15 anos - limitado a cinco crianças por família); Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) (R\$ 38,00 pagos pela existência

na família de jovens entre 16 e 17 anos - limitado a dois jovens por família); e Benefício Variável de Caráter Extraordinário (BVCE) (valor calculado caso a caso).

A quantidade e o valor dos benefícios disponibilizados para cada família variam conforme a Figura 1 e Figura 2.

TABELA DE CONSTITUIÇÃO DOS VALORES DO PBF- MDS

Famílias extremamente pobres (renda familiar por pessoa de até R\$ 70,00)			
Nº de adolescentes e crianças de até 15 anos	Nº de jovens de 16 a 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Básico	R\$ 70,00
1	0	Básico + 1 variável	R\$ 102,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 134,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 166,00
4	0	Básico + 4 variáveis	R\$ 198,00
5	0	Básico + 5 variáveis	R\$ 230,00
0	1	Básico + 1 BVJ	R\$ 108,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 140,00
2	1	Básico + 2 variáveis+ 1 BVJ	R\$ 172,00
3	1	Básico + 3 variáveis+ 1 BVJ	R\$ 204,00
4	1	Básico + 4 variáveis+ 1 BVJ	R\$ 236,00
5	1	Básico + 5 variáveis+ 1 BVJ	R\$ 268,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 146,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 178,00
2	2	Básico + 2 variáveis+ 2 BVJ	R\$ 210,00
3	2	Básico + 3 variáveis+ 2 BVJ	R\$ 242,00
4	2	Básico + 4 variáveis+ 2 BVJ	R\$ 274,00
5	2	Básico + 5 variáveis+ 2 BVJ	R\$ 306,00

Figura 1 – Tabela de constituição dos valores do PBF - MDS

Fonte: de consulta: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios/composicao-de-valores>

Famílias pobres (renda familiar por pessoa de R\$ 70,01 a R\$ 140,00)			
Nº de adolescentes e crianças até 15 anos	Nº de jovens de 16 a 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
0	0	Não recebe benefício	R\$ 0,00
1	0	1 variável	R\$ 32,00
2	0	2 variáveis	R\$ 64,00
3	0	3 variáveis	R\$ 96,00
4	0	4 variáveis	R\$ 128,00
5	0	5 variáveis	R\$ 160,00
0	1	1 BVJ	R\$ 38,00
1	1	1 variável + 1 BVJ	R\$ 70,00
2	1	2 variáveis+ 1 BVJ	R\$ 102,00
3	1	3 variáveis+ 1 BVJ	R\$ 134,00
4	1	4 variáveis+ 1 BVJ	R\$ 166,00
5	1	5 variáveis+ 1 BVJ	R\$ 198,00
0	2	2 BVJ	R\$ 76,00
1	2	1 variável + 2 BVJ	R\$ 108,00
2	2	2 variáveis+ 2 BVJ	R\$ 140,00
3	2	3 variáveis+ 2 BVJ	R\$ 172,00
4	2	4 variáveis+ 2 BVJ	R\$ 204,00
5	2	5 variáveis+ 2 BVJ	R\$ 236,00

Figura 2 – Tabela de constituição dos valores do PFB - MDS

Fonte: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios/composicao-de-valores>

Esses valores são o resultado do reajuste anunciado em 1º de março de 2011 e vigoram a partir dos benefícios pagos em abril de 2011. A partir de outubro de 2011, a quantidade máxima de benefícios variáveis passou de 3 para 5 benefícios.

A Figura 3 mostra a evolução dos reajustes efetuados nos últimos anos.

Descrição dos valores do Programa Bolsa Família

Descrição dos Benefícios	Implementação do Programa em Outubro de 2003	Reajuste Concedido a Partir da Folha de Pagamento de Agosto de 2007 ¹	Implementação do BVJ em Dezembro de 2007 ²	Reajuste Concedido em Junho de 2008 ³	Reajuste Concedido em Julho de 2009 ⁴
Benefício Básico	R\$ 50,00	R\$ 58,00	R\$ 58,00	R\$ 62,00	R\$ 68,00
Benefício Variável	R\$ 15,00	R\$ 18,00	R\$ 18,00	R\$ 20,00	R\$ 22,00
Benefício Variável Jovem			R\$ 30,00	R\$ 30,00	R\$ 33,00
Valor Máximo	R\$ 95,00	R\$ 112,00	R\$ 172,00	R\$ 182,00	R\$ 200,00

Fonte: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC)/Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).
Notas: ¹ Alteração nos benefícios pelo Decreto nº 6.157, de 16 de setembro de 2007.

² Benefício variável vinculado ao adolescente (16 e 17 anos) instituído pela Medida Provisória nº 411, de 28 de dezembro de 2007, convertida na Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008.

³ Alteração nos benefícios pelo Decreto nº 6.491, de 26 de junho de 2008.

⁴ Alteração nos benefícios pelo Decreto nº 6.917, de 30 de julho de 2009, e que passou a ter efeitos financeiros a partir de setembro.

Figura 3 – Descrição dos valores do programa bolsa família

Fonte: IPEA (2010)

O meio de identificação do beneficiário do Programa Bolsa Família é o Cartão Social Bolsa Família. O cartão é magnético e personalizado, emitido para o responsável familiar. É utilizado para o saque integral dos benefícios em toda a rede da Caixa Econômica Federal. O cartão do PBF também permite acessar outros serviços vinculados à plataforma social, tais como consulta a extratos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, recebimento do seguro desemprego, do abono salarial e consulta a saldos e saques do Programa de Integração Social - PIS.

O Programa Bolsa Família também sugere que seja a mulher a responsável familiar, que ela receba em seu nome o cartão magnético e os valores mensais dos benefícios. Esta opção foi feita com base na constatação de que as mulheres utilizam melhor os recursos para a família e evitem desvios de consumo prioritários. Para Mariano e Carlotto (2009) é preciso compreender o modo como o PBF, em uma estratégia de combate à pobreza, forma mecanismos que salientam a associação da mulher com a maternidade e os deveres pertencentes à clássica esfera reprodutiva.

A lista de beneficiários é pública e pode ser acessada por qualquer cidadão através do sítio do portal da transparência (www.portaldatransparencia.gov.br). Seguem alguns conceitos aplicados pelo MDS:

Família: Unidade nuclear composta por uma ou mais pessoas, eventualmente ampliada por outras que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por ela, todas moradoras de um mesmo domicílio.

Famílias extremamente pobres: aquelas com renda mensal per capita igual ou inferior a R\$ 70,00.

Famílias pobres: aquelas com renda mensal per capita compreendida entre R\$ 70,01 e R\$ 140,00, inclusive.

Renda Familiar Mensal: soma dos rendimentos brutos auferidos mensalmente pela totalidade dos membros da família, excluindo-se do cálculo os rendimentos concedidos por programas de transferência de renda.

Benefício: valor a que fazem jus as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que varia de R\$ 32,00 (trinta e dois reais) a R\$ 306,00 (trezentos e seis reais), de acordo com a

renda mensal por pessoa da família e o número de crianças e adolescentes até 17 anos. No PBF existem 3 tipos de benefício financeiro: Básico, Variável e BVJ.

Parcela: É o valor pago mensalmente ao beneficiário, representando o somatório dos valores financeiros dos benefícios a que a família tem direito, com validade de 90 dias, contada a partir do seu mês de referência.

4.1 Análise do Programa Bolsa Família no Brasil

Nos últimos anos, o Brasil obteve um crescimento econômico expressivo, desenvolveu-se de modo a figurar entre as maiores economias mundiais mesmo no período de crise mundial.

Concomitantemente com esse crescimento, verifica-se que o governo vem promovendo o desenvolvimento social da população, principalmente através da implantação e unificação dos programas de transferência de renda condicionada. No cenário atual do Brasil, desempenham papel decisivo a eliminação da pobreza, da miséria e uma dinâmica da economia que promove uma integração de política social com crescimento econômico.

O pagamento do Bolsa Família passou de R\$ 1,3 bilhão (benefício para 3,6 milhões de pessoas) em 2003 para R\$ 15 bilhões em 2010, beneficiando cerca de 13 milhões de famílias e 50 milhões de pessoas, um quarto da população brasileira, com recursos que somam R\$ 1,57 bilhão por mês, tendo como valor médio R\$ 119,33 (MDS, 2011).

Em dezembro de 2009, o Programa Bolsa Família - PBF representava 12.370.915 benefícios, de um total de 42.581.308 benefícios concedidos pelos diversos programas federais de garantia de renda. Em número de beneficiados era superado apenas pela Previdência Social dos trabalhadores do setor privado, sob o Regime Geral da Previdência Social.

Desde a criação do Bolsa Família, foram distribuídos cerca de R\$ 76 bilhões às famílias beneficiadas. Sendo que, em alguns municípios, os benefícios da Previdência e do Bolsa Família representam 80% do PIB municipal. (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL). A figura 4 demonstra a evolução de famílias atendidas e o valor total do PBF.



Figura 4 - Evolução do Programa Bolsa Família
Fonte: Sagi/MDS - Matriz de Informação Social (MDS, 2011)

O orçamento do Programa Bolsa Família corresponde a 0,38% do PIB, quase trinta vezes inferior ao orçamento da previdência social, situado próximo a 11% do PIB, cerca de apenas 3% do total de gastos com benefícios previdenciários e assistenciais do país. O que discorda de opiniões como a de Cobo, Lavinás e Veiga (2010), segundo a qual o Bolsa Família seria “o eixo central da política social vigente no país” e de críticas quanto aos riscos referentes aos custos do programa. O estudo Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família, do MDS, publicado em 2007, revela que 70% do gasto total do programa se concentra nas 20% das famílias mais pobres do país. A Figura 5 ilustra números do programa.

Tamanho do Programa Bolsa Família

Critério	2004	2006	2008
Número de famílias (CadÚnico) (milhões)	9,0	11,1	11,3
Número de famílias (PNAD) (milhões)	6,3	9,0	n.d.
Percentual de famílias (PNAD)	12,5	16,8	n.d.
Percentual da renda das famílias (PNAD)	0,49	0,69	n.d.
Gasto com benefícios (em R\$ milhões)	3.792	7.525	10.607
Percentual do PIB (Siafi/Sidor)	0,30	0,35	0,37

Fonte: PNAD, Sagi/MDS – Matriz de Informação Social.

Figura 5 – Tamanho do programa bolsa família
Fonte: IPEA (2010)

Um estudo realizado em 2004 pelo Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP constatou a relevância do PBF para os municípios mais pobres, demonstrando que a importância do programa para a economia municipal é inversamente proporcional ao desenvolvimento econômico do município (IPEA, 2010). As cidades mais beneficiadas pelo Programa Bolsa Família estão com crescimento de empregos formais acima da média nacional e até mesmo acima da média de suas regiões (VAZ, 2011). Entre 2002 e 2011 o país teve uma média de crescimento de empregos de mais de 53% e a região Nordeste teve um índice de quase 66%, as quinhentas cidades mais beneficiadas pelo Programa Bolsa Família tiveram um índice de mais de 69%.

Os programas de transferência condicional de renda fazem crescer o consumo das famílias. Weissheimer (2006) cita matéria do jornal Valor Econômico que diz que os programas de transferência de renda do governo às famílias ajudam “a explicar porque nesses locais as vendas do varejo têm crescido acima da média nacional, apesar do emprego formal ter recuado ou crescido bem abaixo da média do país”. Além do aspecto econômico, os programas de transferência condicional de renda ajudam no crescimento social mantendo as crianças na escola e melhorando o contato com os agentes públicos de saúde.

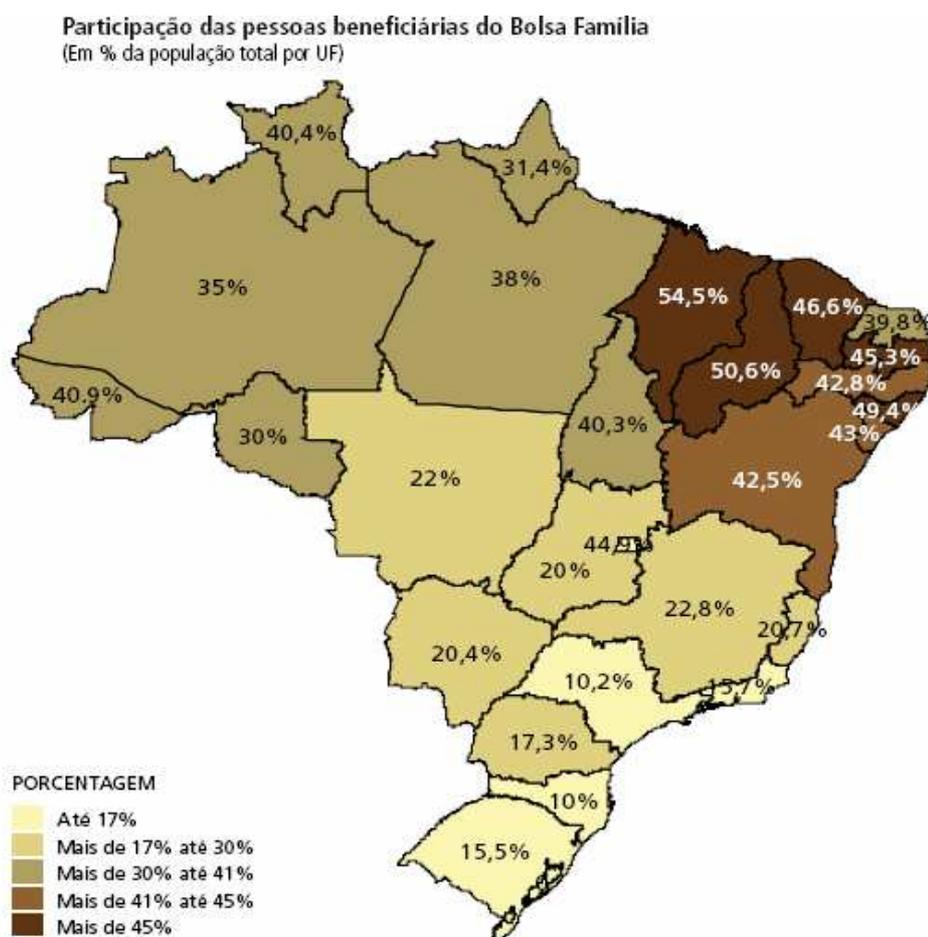
De acordo com a Fundação Getulio Vargas - FGV, o índice de Gini, uma medida de desigualdade de renda, caiu de 0,58 para 0,54, uma grande queda por esta medida. A principal razão para a melhoria é o aumento dos salários de nível inferior, contudo, cerca de um sexto da redução da pobreza pode ser atribuído ao Programa Bolsa Família. Existem 36% menos crianças e adolescentes fora da escola nas famílias atendidas pelo Bolsa Família, a evasão de crianças no ensino médio é 50% menor nos grupos atendidos, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, e o 4º Relatório Nacional de Acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio aponta queda da extrema pobreza de 12% em 2003 para 4,8% em 2008. O Programa Bolsa Família contribuiu diretamente para a saída de 28 milhões de brasileiros da pobreza e a ascensão de 36 milhões para a classe média. O crescimento econômico do Brasil foi liderado pelas regiões norte e nordeste, regiões estas, que estão representadas por mais de 60% do total de beneficiários do Programa Bolsa Família (IPEA, 2010). Na Figura 6 é possível ver a participação das pessoas beneficiárias por região do país. A Figura 7 mostra o percentual dos beneficiários por unidade da federação.

Participação das pessoas beneficiárias do Bolsa Família na população total (Em %)

Brasil/região	População total (a)	Pessoas beneficiárias do Bolsa Família (b)	(b)/(a) (porcentagem)
Brasil	191.480.630	48.680.372	25,4
Norte	15.359.608	5.628.469	36,6
Nordeste	53.591.197	24.416.981	45,6
Sudeste	80.915.332	12.034.955	14,9
Sul	27.719.118	4.150.045	15,0
Centro-Oeste	13.895.375	2.449.922	17,6

Fonte: SENARC/MDS. A partir dos microdados do Cadastro Único de março de 2010.

Figura 6 – Participação das pessoas beneficiárias do bolsa família na população total
Fonte: IPEA (2010)



Fonte: SENARC/MDS. A partir dos microdados do Cadastro Único de março de 2010 e da Folha de Pagamento de abril de 2010.

Figura 7 – Participação das pessoas beneficiárias do bolsa família
Fonte: IPEA (2010)

Na Figura 8 o mapa do Brasil ilustra a quantidade de famílias por município.

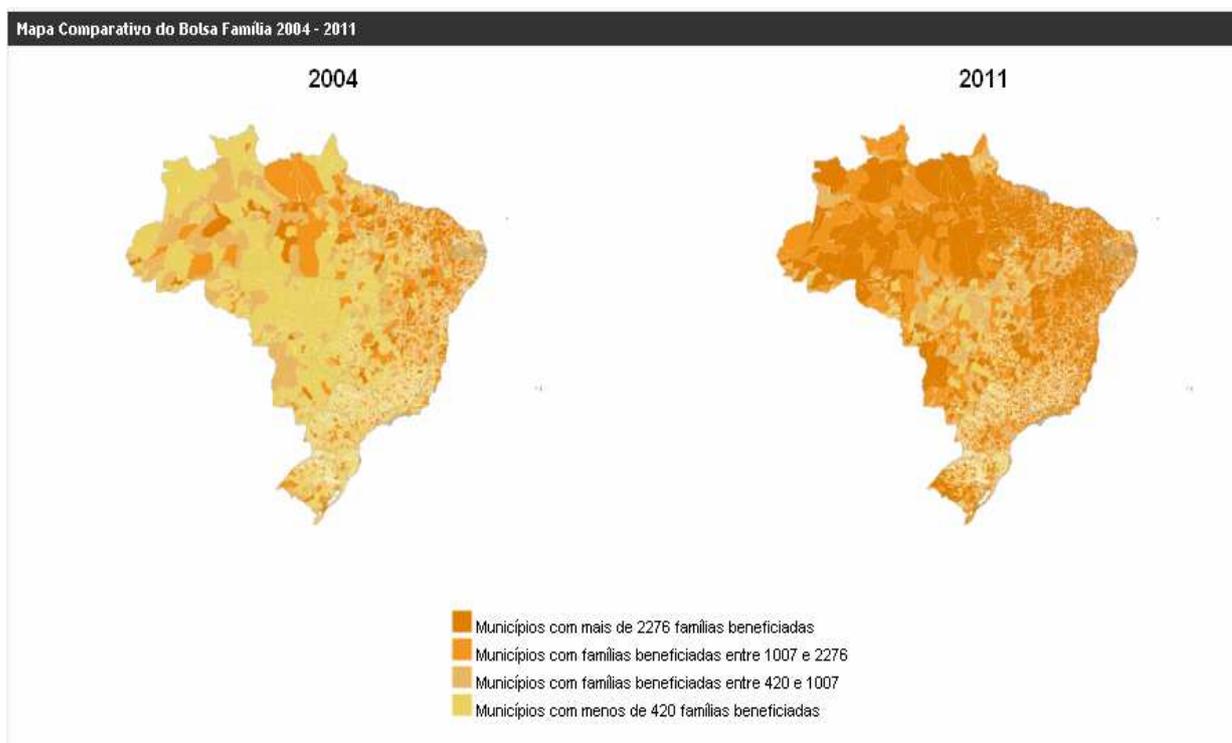


Figura 8 – Mapa comparativo do bolsa família 2004-2011
 Fonte: Sagi/MDS - Matriz de Informação Social (MDS, 2011)

Os Programas de Transferência de Renda proporcionam coesão social e efeitos benéficos que geram na atividade econômica das localidades em que sua incidência é maior. Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, que efetuou um estudo sobre o Programa Bolsa Família, apontam que a cada R\$1,00 aplicado no programa ocorre um aumento do PIB em R\$ 1,44, sendo que a cada R\$10,00 transferidos, R\$3,00 voltam em impostos, o que influencia as economias locais, regionais e estaduais. De 2001 a 2007 a renda per capita dos 10% mais pobres no Brasil cresceu 7% ao ano, crescimento sete vezes maior do que a renda dos 10% mais ricos, que cresceu 1,1%. A renda dos mais pobres subiu o triplo da média nacional, aproximadamente, 2,5% conforme a FGV (IPEA, 2010).

Conforme o trabalho de Simone Assis e Jhonatan Ferreira, *Usos, potencialidades e limitações do Cadastro Único no subsídio às políticas sociais para a população de baixa Renda*, no Brasil, a renda mensal média per capita cresceu de R\$ 51,09, antes do benefício, para R\$ 78,12, depois do benefício (alta de 52,9%). Os referidos benefícios levam a renda média per capita de um nível abaixo da linha de extrema pobreza, utilizada pelo programa (R\$ 70,00), para um nível acima desta. Nas regiões Norte e Nordeste, que possuem níveis de renda inferiores à média nacional, o impacto relativo acaba sendo ainda mais elevado, chegando ao

patamar dos 60%. No Centro-Sul, em que o nível de renda é superior à média nacional, o impacto relativo acaba sendo menor: fica no patamar dos 30%. A Figura 9 mostra o impacto dos benefícios do PBF na renda das famílias beneficiárias.

Total de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em valor da renda média mensal *per capita* antes e depois do benefício – informações do Cadastro Único, março de 2010, e da Folha de Pagamento, abril de 2010

Região	Renda familiar mensal <i>per capita</i> (R\$)			
	Total de famílias (em 1 mil)	Média	Média após benefício	Crescimento da renda (porcentagem)
Brasil	12.426	51,09	78,12	52,9
Norte	1.324	44,66	71,84	60,9
Nordeste	6.359	42,68	71,63	67,8
Sudeste	3.058	62,76	87,41	39,3
Sul	1.062	67,25	91,15	35,5
Centro-Oeste	622	65,82	89,95	36,7

Fonte: SENARC/MDS. A partir dos microdados do Cadastro Único de março de 2010 e da Folha de Pagamento de abril de 2010.

Figura 9 - Impacto dos benefícios do PBF na renda das famílias beneficiárias
Fonte: IPEA (2010)

O Programa Bolsa Família também valoriza a cultura local ao incluir como beneficiário prioritário as famílias quilombolas e indígenas, que representam sessenta e quatro mil famílias indígenas e vinte e cinco mil famílias quilombolas (BRASIL, 2010a). O caráter condicionado da transferência de renda tem gerado bons resultados, principalmente em relação à redução da evasão escolar e ao trabalho infantil, ao retardar a entrada no mercado de trabalho, e ainda sobre indicadores de saúde, como consultas do pré-natal e desnutrição infantil, conforme os dados da pesquisa de Avaliação de Impacto do Bolsa Família - AIBF 2010 (BRASIL, 2010c).

Aproximadamente 85% das crianças estão com o acompanhamento da frequência escolar em dia. O acompanhamento das contrapartidas de saúde é coordenado pelo Ministério da Saúde e feito pelas secretarias municipais de saúde. A taxa de resposta é um pouco inferior à taxa de resposta educacional, devido à oferta um pouco menor dos serviços de saúde cujo acesso constitui a contrapartida do PBF.

Acompanhamento das contrapartidas				
	Educação		Saúde	
	Em mil crianças	(%)	Em mil famílias	(%)
2005 1ª semestre			362	6,8
2005 2ª semestre			1.883	36,0
2006 1ª semestre			2.919	43,1
2006 2ª semestre	9.569	62,8	3.454	40,3
2007 1ª semestre	11.993	78,9	4.782	51,1
2007 2ª semestre	13.170	84,7	5.166	54,6
2008 1ª semestre	13.040	84,9	6.084	62,7
2008 2ª semestre	12.748	84,8	5.718	63,6

Fontes: Sistema de Acompanhamento da Frequência Escolar do PBF e Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).
Elaboração: Deges/SENARC/MDS.

Figura 10 – Acompanhamento das contrapartidas
Fonte: IPEA (2010)

4.2 Análise do Programa Bolsa Família em Santa Catarina

O estado de Santa Catarina, de acordo com o Censo de 2010, disponibilizado pelo IBGE, possui uma população de 6.248.436 pessoas em seus 293 municípios, tendo uma média 3,12 pessoas por domicílio.

No estado, o valor total do Programa Bolsa Família no ano de 2004 foi de R\$ 53.334.042,00, passando para R\$ 146.604.158,00 em 2010. De acordo com o MDS, o Bolsa Família representou 7,42% do total de transferências constitucionais para o estado em 2010.

Em dezembro de 2004 o programa englobava 101.247 famílias beneficiadas, em dezembro de 2010 contemplou 143.700 famílias. De acordo com o PNAD 2006, Santa Catarina possui uma estimativa de 167.897 famílias pobres dentro do perfil do Bolsa Família (famílias com renda per capita de até R\$ 140,00), o que indica que o programa atinge 85,59% do público alvo estimado no estado.

A figura 11 abaixo demonstra a quantidade de famílias em dezembro de cada ano e a figura 12 o valor total da folha de pagamento de 2004 a 2010, do Programa Bolsa Família, no estado de Santa Catarina.

Bolsa Família

SC - Famílias

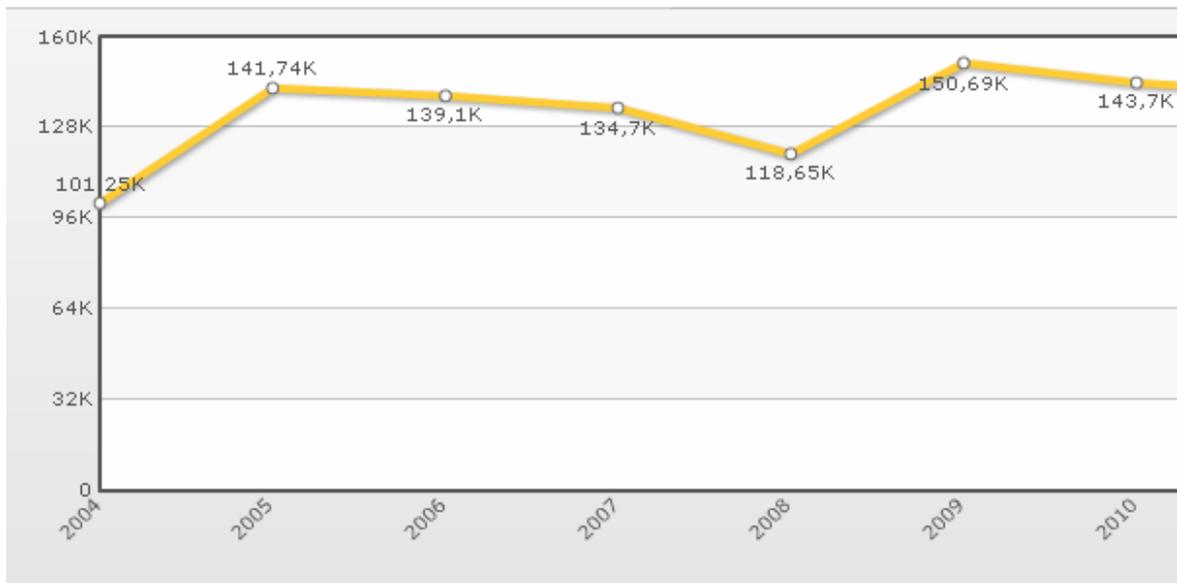


Figura 11 - Evolução de Famílias Atendidas pelo Programa Bolsa Família em SC
 Fonte: Sagi/MDS - Matriz de Informação Social (MDS, 2011)

Bolsa Família

SC - Valor Total



Figura 12 - Evolução do Valor Total do Programa Bolsa Família em SC
 Fonte: Sagi/MDS - Matriz de Informação Social (MDS, 2011)

Conforme dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de outubro de 2003 a dezembro de 2010 foram disponibilizados R\$ 741.035.394,00 às famílias catarinenses, o que representa 10.923.179 benefícios nesse período. O valor médio do benefício em 2004 era de R\$64,96 e em 2010 atingiu R\$ 82,89. De acordo com o MDS, o índice de Gini, medida de desigualdade social, de Santa Catarina é de 0,46, menor que a média nacional que é de 0,56.

A figura 13 ilustra o mapa comparativo do Bolsa Família dos municípios do estado de Santa Catarina.

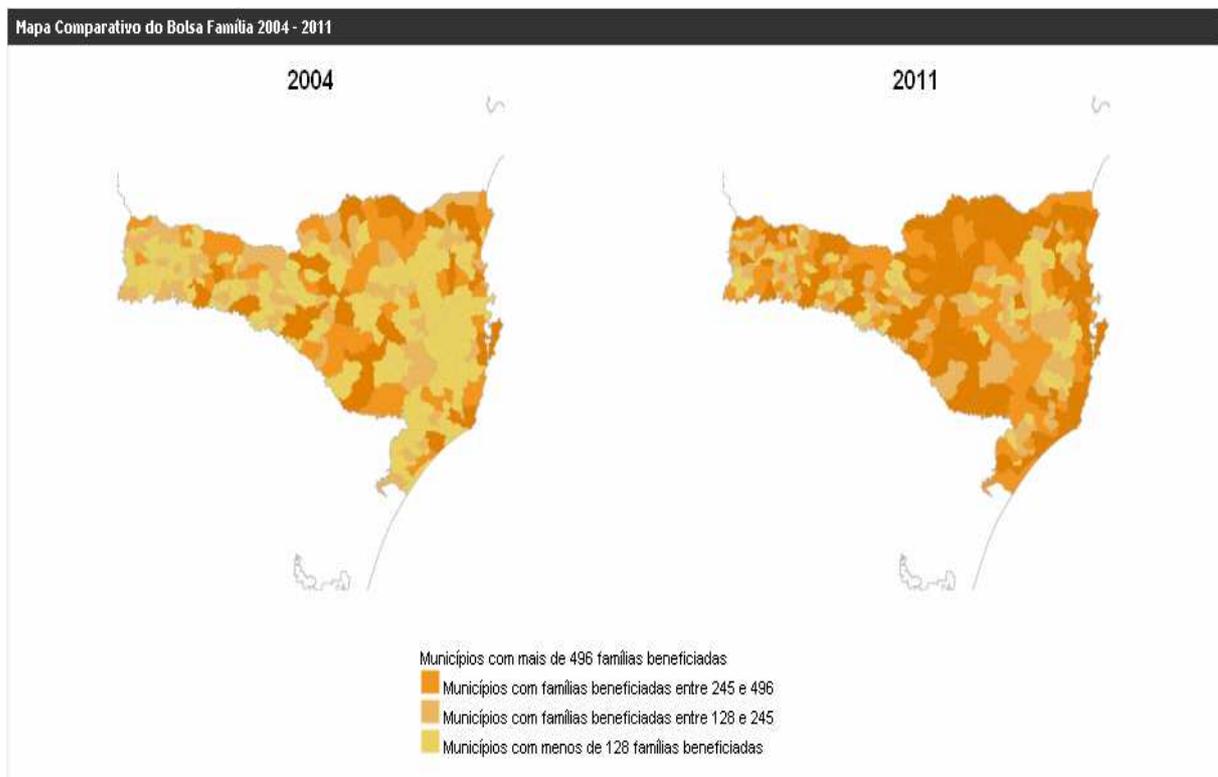


Figura 13 - Mapa Comparativo do Bolsa Família dos municípios do estado de Santa Catarina
Fonte: Sagi/MDS - Matriz de Informação Social (MDS, 2011)

5. AGRUPAMENTO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA CONFORME A QUANTIDADE DE FAMÍLIAS BENEFICIADAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E PIB PER CAPITA

Nesta seção pretende-se mostrar que existe uma relação entre a proporção de população que recebe BF e o PIB per capita nos municípios de SC. Espera-se encontrar uma relação negativa entre estas variáveis, ou seja, municípios com baixo PIB per capita deveriam apresentar uma maior proporção de beneficiários do BF. Optou-se por utilizar uma metodologia de cluster (agrupamento), que permite captar diferentes grupos entre os municípios de SC.

A análise de cluster visa identificar algumas características específicas dos componentes homogêneos dentro de uma população heterogênea, neste caso, os municípios catarinenses, utilizando algumas variáveis como parâmetros de agrupamento. Esta análise procura identificar grupos a partir de dados multivariados, neste caso, para essa análise, foram coletados, para todos os municípios do estado de Santa Catarina, nos anos de 2004, 2006 e 2008, os seguintes dados:

- 1) PIB per capita fornecido pelo IBGE;
- 2) estimativa da população disponibilizado pelo Ipeadata;
- 3) quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família de acordo com o MDS.

Primeiramente, obteve-se a relação da quantidade de famílias beneficiadas pelo Bolsa Família dividido pela estimativa da população. Esta variável nos dá uma estimativa da quantidade relativa (em termos de população) de beneficiários deste programa de transferência de renda condicionada. Feita essa relação, utilizou-se também a estimativa da população dos municípios e a relação do PIB per capita real após deflacionar a partir dos dados do PIB per capita a preços correntes disponível pelo IBGE.

O PIB é uma variável macroeconômica muito utilizada. De acordo com o IBGE, o cálculo do PIB dos municípios baseia-se na distribuição, do valor adicionado bruto, a preços básicos, em valores corrente das atividades econômicas obtido pelas contas regionais do Brasil, baseada na identificação de variáveis que permitam distribuir o valor adicionado bruto a preços correntes das atividades econômicas de cada Unidade da Federação, pelos seus respectivos municípios. Para levar os valores correntes a valores reais, utilizou-se o deflator do PIB do IBGE.

Os apêndices: B, C, D, E, F e G apresentam os municípios que possuem os maiores e menores índices das variáveis utilizadas dos anos de 2004, 2006 e 2008.

A análise de cluster consiste em dois passos, primeiro, selecionar o algoritmo para agrupar os dados e, segundo, selecionar um critério para escolher o número ótimo de grupos. Enquanto ao primeiro ponto, o método *k-means* é o mais conhecido e aplicado, trata-se de um algoritmo de agrupamento particional proposto por MacQueen em 1967. Este algoritmo requer que os dados sejam compostos de variáveis numéricas, pois uma parte do processo é baseada no cálculo das médias. O método de *k-means* é uma técnica não hierárquica que visa agrupar elementos por meio de um processo mais flexível, no sentido de que um item alocado inicialmente em um grupo pode ser realocado diversas vezes durante o andamento do processo de agrupamento. Em termos precisos o algoritmo *k-means* objetiva, dado um conjunto de n pontos no espaço real d -dimensional R^d e um número inteiro k , definir os k conjuntos de pontos em R^d que minimizem a distância média quadrada de cada ponto ao centróide do conjunto mais próximo.

Esta maneira incide em alocar cada observação ao cluster cujo centróide apresenta maior similaridade com o vetor de valores observados. Em suma, o procedimento consiste em três passos: a) partição dos elementos em k conglomerados iniciais; b) alocação de cada elemento no conglomerado cujo centróide este mais próximo e recalcular o centróide do conglomerado que recebeu o elemento e do cluster que o perdeu, e c) repetir o segundo passo até que nenhum rearranjo de elementos seja possível.

Nos procedimentos não-hierárquicos é necessário especificar o número de grupos inicialmente e escolher, a partir de algum critério apropriado o número ótimo de grupos. O critério utilizado é o índice de Calinski e Harabasz (1974). Este procedimento recebe a quantidade de grupos (k) como dada. A partir desse número de grupos k , divide a base de dados por esse número e realiza, aleatoriamente, uma distribuição eqüitativa dos pontos em cada grupo formado. Após esta divisão em k grupos, o método verifica a que grupo cada ponto pertence através da medida de distância entre o ponto e o centro de cada grupo.

O grupo que apresentar a menor distância recebe este ponto. Sempre que acontece para um ponto uma troca de grupos, o método calcula novamente seu centro. Para formar os grupos, o algoritmo agrupa elementos de acordo com a sua proximidade, obedecendo duas premissas: obter máxima similaridade entre os elementos do mesmo conglomerado e máxima dissimilaridade entre conglomerados diferentes. Para selecionar o número mais adequado de

clusters dentro da técnica de k-means a partir da matriz de dados dos atributos de um objeto, os autores propõem o seguinte índice, chamado de índice CH:

$$CH = \frac{B * (n - k)}{W * (k - 1)}$$

Onde n é o número de pontos, k é o número de grupos. As matrizes B e W são dadas pelas seguintes formulas:

$$W = \sum_{i=1}^K \sum_{j=1}^{n_i} (X_{ij} - \bar{X}_i)^2$$

O valor de W é o somatório dos quadrados das distâncias dos pontos para o centro do grupo a que pertence, onde X_{ij} é o j-ésimo ponto do grupo i, \bar{X}_i é o centro do grupo (média dos pontos ao centro do grupo), e n_i é a quantidade de pontos que estão no grupo i.

$$T = \sum_{i=1}^K \sum_{j=1}^n (X_{ij} - \bar{X})^2$$

T é o somatório dos quadrados das diferenças de cada ponto de toda a base de dados e o centro de toda a base, representado por \bar{X} .

$$B = T - W \sum_{i=1}^k n_i (\bar{X}_i - \bar{X})^2$$

O valor de B pode ser obtido pela diferença entre T e W, que é o somatório dos produtos entre o número de pontos de toda a base e os quadrados das diferenças entre o centro de toda a base e o centro de cada grupo.

O modelo de seleção heurística de Calinski e Harabasz consiste em dois passos:

1. Para todas as soluções de cluster entre as que se quer escolher, determinar o valor do índice CH.

2. Selecionar a solução com o maior índice CH.

No Apêndice A pode-se encontrar o número ótimo de grupos para os anos de 2004, 2006 e 2008. Considerando o ano de 2004, a aplicação do critério de Calinski e Harabasz permitiu detectar seis clusters - grupos - como o número ótimo quando consideradas as três variáveis apontadas na Tabela 1. Quando considerado seis cluster a pseudo-F deste critério tem o valor máximo de 937,27.

Tabela 1 - Criterio Calinski-Harabasz para número ótimo de grupos

2004	2 Grupos	3 Grupos	4 Grupos	5 Grupos	6 Grupos	7 Grupos
	481,75	593.42	642.25	902.35	937.27	914.12

Fonte: Elaboração do autor a partir dos resultados de cluster *k-means*.

Na Tabela 2, é possível verificar as características dos clusters obtidos. O cluster 1 é o de menor frequência, agrupando 5 dos 293 municípios da amostra que engloba todos os municípios do estado de Santa Catarina. O cluster 2 agrupa 16 municípios, o cluster 3 reuni 50 municípios, o cluster 4 engloba 66 municípios, o cluster 5 tem 91 municípios, sendo o de maior frequência, e o cluster 6 contém 65 municípios.

O cluster 1 apresenta o maior PIB e a menor proporção de beneficiários do Bolsa Família. O cluster 2 também apresenta uma continuidade da relação do cluster 1, pois, tem o segundo maior PIB e a segunda menor proporção de quantidade de beneficiários do PBF e estimativa da população. O cluster 6 se depara com o menor PIB e a segunda maior proporção de beneficiários. Destaca-se o fato de que o quinto grupo de municípios apresenta maior PIB per capita médio e uma proporção levemente superior de famílias beneficiárias do PBF em relação à população, que o grupo de menor PIB per capita.

Tabela 2 - Características dos clusters - ano 2004

Cluster	PIB	Rel. PBF	Freq.
1	23.850,970	0,0184000	5
2	15.423,310	0,0191250	16
3	10.429,880	0,0266200	50
4	7.142,142	0,0274242	66
5	5.330,721	0,0299560	91
6	3.600,585	0,0294923	65

Fonte: Elaboração do autor a partir dos resultados de cluster *k-means*.

Analisando o ano de 2006, a aplicação do critério de Calinski e Harabasz consentiu detectar quatro clusters como o número ótimo quando consideradas as três variáveis apontadas na Tabela 3. Quando avaliados quatro cluster a pseudo-F deste critério tem o valor máximo de 474,87. Percebe-se uma diminuição da heterogeneidade entre os municípios, quando consideradas as duas variáveis para realizar o agrupamento, em relação ao ano 2004. Um outro resultado interessante tem a ver com o aumento geral da proporção de beneficiários do BF em relação ao ano anterior.

Tabela 3 - Criterio Calinski-Harabasz para número ótimo de grupos

Ano	2 Grupos	3 Grupos	4 Grupos	5 Grupos	6 Grupos	7 Grupos
2006	275.47	452.25	474.87	464.30	423.02	372.86

Fonte: Elaboração do autor a partir dos resultados de cluster *k-means*.

A Tabela 4 demonstra as características dos clusters obtidos do ano de 2006. O cluster 1 é o de menor frequência, agrupando só 04 dos 293 municípios da amostra, o cluster 2 agrupa 86 municípios, o cluster 3 tem 172 municípios e o cluster 4 engloba 31 municípios.

O cluster 1 apresenta o maior PIB e a segunda menor relação de beneficiários de BF. O grande aumento do PIB per capita fez com que vários municípios que em 2004 encontravam-se distribuídos nos grupos 3, 4 e 5 migrassem para os grupos 2 e 3, que também excluíram municípios que migraram para grupos com menor renda per capita. Já o cluster 2 apresenta a menor relação de beneficiários de BF e o segundo maior PIB, sendo que o cluster 3 tem o terceiro maior PIB e o cluster 4 menor PIB e maior relação de beneficiários. É clara a diferenciação deste ano em relação a 2004 no que se refere a divergências na relação beneficiários de BF e população entre os grupos. Percebe-se que a proporção quase dobra quando comparados o segundo e o quarto grupo, o que indica uma melhor distribuição do programa em benefício de municípios de menor renda per capita. Em 2004, a divergência entre o grupo que menos recebia e o grupo que mais recebia era de 63%.

Tabela 4 - Características dos clusters - ano 2006

Cluster	PIB	Rel. PBF	Freq.
1	27.234,120	0,0250000	4
2	11.968,680	0,0238710	86
3	7.884,951	0,0395116	172
4	4.897,311	0,0427151	31

Fonte: Elaboração do autor a partir dos resultados de cluster *k-means*.

Ao avaliar o ano de 2008, a aplicação do critério de Calinski e Harabasz possibilitou a obtenção de cinco clusters como o número ótimo quando consideradas as três variáveis apontadas (Tabela 5), apresentando assim, um cluster a mais comparado ao ano de 2006 e um grupo a menos do que 2004. Quando avaliados cinco cluster a pseudo-F deste critério tem o valor máximo de 830,06.

Tabela 5 - Criterio Calinski-Harabasz para número ótimo de grupos

Ano	2 Grupos	3 Grupos	4 Grupos	5 Grupos	6 Grupos
2008	352.31	442.46	662.59	830.06	819.04

Fonte: Elaboração do autor a partir dos resultados de cluster *k-means*.

A Tabela 6 se refere às tipicidades para os clusters obtidos do ano de 2008. O cluster 1 é o de menor frequência, agrupando 03 municípios de um universo de 293. O cluster 2 agrupa 103 municípios, o cluster 3 tem 109 municípios, o cluster 4 aparece com 18 municípios e o cluster 5 conglomera 59 municípios.

O cluster 1 apresenta o maior PIB e menor relação variável relação quantidade de famílias beneficiárias do PBF e estimativa da população. Conforme a tabela 6, o cluster 2 tem a segunda menor variável relação quantidade de famílias beneficiárias do PBF com a estimativa da população e o segundo maior PIB. O cluster 3 possibilita observar o terceiro maior PIB, mesma posição da variável relação quantidade de famílias beneficiárias do PBF e estimativa da população, sendo que o cluster 4 possui a penúltima posição dos índices PIB e proporção de quantidade de famílias beneficiárias do PBF e estimativa da população, com o cluster 5 obtendo o menor PIB e maior proporção de quantidade de famílias beneficiárias do PBF e estimativa da população.

Tabela 6 - Características dos clusters - ano 2008

Cluster	PIB	Rel. PBF	Freq.
1	32.638,540	0,0186667	4
2	16.449,990	0,0217895	103
3	10.698,320	0,0311148	109
4	7.413,329	0,0312897	18
5	5.223,346	0,0388350	59

Fonte: Elaboração do autor a partir dos resultados de cluster *k-means*.

Apesar dos grupos apresentarem fortes evidências da existência de uma relação negativa e forte entre o PIB per capita e o índice estimativa da população/quantidade benefícios Bolsa Família, esta ocorrência é acompanhada pela ampla heterogeneidade dos municípios do estado de Santa Catarina, o que é medido pelo alto número de grupos dentro do total de municípios. Além disso, percebe-se uma migração dos municípios entre os grupos para cada ano analisado, qual seja, 2004, 2006 e 2008. Que a relação entre as variáveis resulte negativa - quanto maior o PIB menor a proporção de beneficiários do BF em relação à população total -, é esperada, dado que significa que aqueles municípios que apresentam menos PIB per capita recebem maiores níveis de transferências condicionais. A migração demonstra, por sua vez, uma dinâmica positiva em alguns casos (a migração de municípios dos grupos de menor renda para grupos de maior renda o que significa menor necessidade de benefícios de BF) e negativa em outros (migração para grupos de menor PIB per capita e necessidade de maiores benefícios de BF).

Mediante análise dos resultados obtidos após aplicação do critério Calinski e Harabasz, torna-se possível verificar a existência de alguns fatores quando comparada características dos clusters.

Nota-se que o grupo 1, classificado como o de PIB mais elevado de cada ano, possuía 5 municípios no ano de 2004, diminuiu para 4 municípios no ano de 2006 e permaneceu com 4 municípios em 2008. Somente os municípios de São Francisco do Sul, Treze Tílias e Vargem Bonita permaneceram, nos três anos, no cluster com maior PIB, sendo que o município de Itajaí pertencia ao grupo 4 em 2004 e migrou para o grupo 1 em 2006 e permaneceu nesse mesmo grupo em 2008, mostrando um forte dinamismo no que se refere à PIB per capita.

Os municípios Presidente Castelo Branco e Seara percorreram caminho inverso ao de Itajaí. Presidente Castelo Branco estava no grupo de maior PIB per capita em 2004, migrou para o grupo 3 em 2006 e permaneceu nesse grupo em 2008. Já o município de Seara se moveu do grupo 1 em 2004 para o grupo de menor PIB em 2006 e migrou para o grupo de segundo menor PIB em 2008, grupo esse, também de segunda menor variável relação quantidade de famílias beneficiárias do PBF e estimativa da população.

Uma outra particularidade encontrada é que a maior frequência de municípios nos anos de 2004 e 2006 localizam-se nos grupos que detêm menores PIB, no ano de 2004 a maior frequência de municípios foi no grupo 5, de segundo menor PIB, e em 2006 o grupo com maior número de cidades foi o grupo 3, também de segundo menor PIB.

É possível analisar que em 2008 a maior concentração de cidades ocorreu no grupo 3, de segundo melhor PIB, o critério Calinski-Harabas apontou, para esse ano, um número de grupos maior do que o indicado para o ano de 2006, o novo grupo 5, de menor PIB, foi formado, em sua maioria, por municípios que estavam no grupo 3 em 2004 e no grupo 2 em 2006, o que sugere uma forte influência da relação benefícios BF e população.

Somente os municípios listados na tabela 7 permaneceram nos mesmos grupos nos anos analisados. Este resultado pode ser analisado como positivo, no caso dos municípios que permaneceram nos grupos de maior PIB per capita (grupos 1 e 2), e negativo, no caso dos municípios que não conseguiram melhorar a sua situação e permanecem em estratos de PIB mais baixo. Registre-se que a imobilidade se restringe a poucos municípios do Estado. No Apêndice H observa-se a mobilidade nos grupos de todos os municípios de Santa Catarina nos anos de 2004, 2006 e 2008.

Tabela 7 – Municípios que não migraram de grupo

Município	Grupo 2004	Grupo 2006	Grupo 2008
ARVOREDO	3	3	3
BLUMENAU	4	4	4
IBIAM	3	3	3
ITÁ	2	2	2
LACERDÓPOLIS	3	3	3
MAREMA	3	3	3
S. FRANCISCO SUL	1	1	1
TREZE TÍLIAS	1	1	1
UNIÃO DO OESTE	3	3	3
VARGEM BONITA	1	1	1
XAVANTINA	2	2	2

Fonte: Elaboração do autor a partir dos resultados de cluster *k-beans*

O grupo 2 do ano de 2008, segundo melhor PIB per capita, obteve a segunda maior frequência de cidades, o que comprova um aumento de renda dos municípios catarinenses para esse ano, um indicativo macroeconômico de melhoria da economia catarinense. Cabe destacar que esta melhora implica a possibilidade de diminuir a quantidade de beneficiários do BF.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho procurou identificar, através da análise de cluster, características do PIB per capita e relação da quantidade de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família e estimativa da população nos municípios catarinenses nos anos de 2004, 2006 e 2008 e analisou a atuação dos Programas de Transferência de Renda Condicionada no Brasil e em Santa Catarina.

O presente estudo mostrou a contribuição do Programa Bolsa Família, principal programa de renda condicionada do Brasil, para o alcance dos avanços obtidos na proteção social e redução da desigualdade de renda, porém, existe um potencial de crescimento, distribuição e aperfeiçoamento a ser atingido para que o programa consiga se consolidar e promover desenvolvimento para os municípios. As responsabilidades pelo cumprimento das condicionalidades recaem exclusivamente nos beneficiários, sendo que o estado também deve ter suas obrigações, não se verifica uma preocupação para que as políticas sociais adotadas se tornem políticas estruturadas de proteção social, tais como, empenho para qualificar e melhorar a falta de habitação, serviços de saúde e escolas.

Por fim, baseado no resultado das análises de cluster, acharam-se algumas relações importantes para os municípios catarinenses. Mostrou-se que existe ampla heterogeneidade entre estes municípios, quando consideradas o PIB per capita e a proporção de famílias beneficiadas com o BF no Estado. Para os três anos analisados, o número de grupos varia entre quatro e cinco, o que derruba a hipótese de homogeneidade em um dos estados de maior renda per capita do país. Encontrou-se uma relação negativa entre as duas variáveis utilizadas, indicando que aqueles municípios que apresentam menor PIB per capita recebessem maiores níveis de transferências de renda condicionais e os municípios que apresentam maior PIB per capita recebem uma menor proporção de benefícios. Esta relação é esperada dado que municípios com menor PIB per capita necessitam maior auxílio para se desprender da situação de pobreza. Fica evidente que existiu, no período 2004-2008, ampla mobilidade dos municípios entre os diferentes estratos de renda e proporção de benefícios de BF. Do total de municípios, só 11 permaneceram ao longo do tempo no mesmo grupo, todos os demais modificaram a sua situação. Este resultados pode ter duas leituras. Será positivo no caso de municípios que melhora a sua posição, mas negativo no caso de municípios que migram para grupos de menor PIB per capita e maior necessidade de benefícios.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Bernardete Martins; ARRUDA, Susana Margareth. **Como fazer referências:** bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documento. Florianópolis: UFSC, c2001. Disponível em: <<http://ufsc.br/framerefer.html>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 87, jul. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002010000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 out. 2011.

BOCCHI, J. H. (org.). **Monografia para economia**. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **Bolsa Família:** cidadania e dignidade para milhões de brasileiros. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Governo Federal. Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Comunicados do IPEA Nº 63 PNAD 2009** – Primeiras análises: distribuição de renda entre 1995 e 2009. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome **Bolsa Família**. 2011. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em: 01 out. 2011.

BRASIL. Presidência da República. Decreto 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, 2004. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 set. 2004.

CALINSKI, T.; HARABASZ, J. A dendrite method for cluster analysis. **Communications in Statistics**, v. 1, n. 3, p. 1–27, 1974.

COBO, B.; LAVINAS, L.; VEIGA, A. Políticas sociais universais e incondicionais: há chances reais de sua adoção na América Latina? In: CONGRESSO DA REDE MUNDIAL DE RENDA BÁSICA, 13., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: BIEN, 2010.

COHEN, E.; FRANCO, R.; VILLATORO, P. Honduras: el programa de asignación familiar. In: COHEN, E.; FRANCO, R. (Ed.). **Transferencia con corresponsabilidad:** una mirada americana. Mexico City: FLACSO, 2006.

DUARTE, Gisléia Benini; SAMPAIO, Breno; SAMPAIO, Yony. Programa Bolsa Família: impacto das transferências sobre os gastos com alimentos em famílias rurais. **Rev. Econ. Sociol. Rural, Brasília**, v. 47, n. 4, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032009000400005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 out. 2011.

FALCÃO, Tiago. **Valor econômico**. Bolsa Família e a erradicação da extrema pobreza. São Paulo, 26 abr. 2011.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GLEWWE, Paul; KASSOUF, Ana Lúcia. **Qual o impacto do programa Bolsa Família na educação?** Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCOnePager107.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2011.

GONZALEZ DE LA ROCHA, M. **Pobreza, progreso y oportunidades**: uma mirada de relativo largo plazo, 2010. Mimeografado.

HENDERSON, J. V. The Sizes and Types of Cities, **American Economic Review**, n. 64, p. 640-656, 1974.

HENDERSON, V. Efficiency of resource usage and city size. **Journal of Urban Economics** v. 19 n. 1, p. 47-70, 1986.

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição de renda e crescimento econômico. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 41, p. 67-76. São Paulo: IEA-USP, 2001.

IPEA; IBGE; UNICAMP. **Configuração atual e tendências da rede urbana**. Brasília: IPEA, IBGE, UNICAMP, 2002.

IPEA. **Bolsa Família 2003-2010**: avanços e desafios: v.1; v.2. Brasília: IPEA, 2010.

JACOBS, J. **The Economy of Cities**. New York: Vintage, 1969.

KRUGMAN, P. Increasing returns and economic geography. **Journal of Political Economy**, n. 99, p. 483-499, 1991.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LEHMANN, Christian. **Beneficiando-se sem receber dinheiro?** Externalidades dos Programas de Transferência de Renda na Escolaridade, Saúde e na Economia Comunitária. Disponível em: <<http://www.ipc-undp.org/pub/port/IPCPolicyResearchBrief13.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

_____. Lei 10.836 de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências, 2004. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 9 jan. 2004.

MADDALA, G. S. **Introduction to econometrics**. 3. ed. Chichester: John Wiley & Sons, 2002.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 17, n. 3, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2009000300018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 out. 2011.

_____. **Matriz de informação social**. 2011b. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mi2007/home/login.php>>. Acesso em: 05 nov. 2011.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 79, nov. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002007000300001&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 nov. 2011.

MENDES, Vera Lúcia Peixoto Santos; BARBOSA, Angela Maria Gordilho; RODRIGUES, Jorgas Marques. Gestão dos serviços públicos e participação cidadã: estudo com os beneficiários do programa bolsa família. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba, v. 13, n. spe, jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-6552009000500008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 out. 2011.

MESQUITA, Camile Sahb. Contradições do processo de implementação de políticas públicas: uma análise do Programa Bolsa Família 2003 – 2006. **Revista do Serviço Público ENAP**, Brasília, v. 57, n. 4, out./dez. 2006.

MONNERAT, Giselle Lavinias et al . Do direito incondicional à condicionalidade do direito: as contrapartidas do Programa Bolsa Família. **Ciência saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, dez. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 out. 2011.

MOORE, C. **Assessing Honduras CCT Programme PRAF, Programa de Asignación Familiar**: expected and unexpected realities. Brasília: International policy centre for inclusive growth, 2007 (Country Study, n. 15).

_____. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. v. 28, 2007. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2011.

RAVALLION, M.; CHEN, S. **Measuring Pro-Poor Growth**. World Bank, Policy Research Working Paper 2666, 2003.

SALOMON, D. V. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 6, dez. 2007 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000600006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 out. 2011.

_____. **Síntese de indicadores sociais 2007**. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/sintese>>. Acesso em: 08 nov. 2011.

SOUZA, Nali de Jesus. **Desenvolvimento econômico**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

SPOSATI, A. Bolsa Família: um programa com futuro(s). In: **Bolsa Família 2003 - 2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2010, v. 2, p. 273-306.

TEIXEIRA, C. G. Análise da heterogeneidade do programa bolsa família na oferta de trabalho dos homens e das mulheres. In: **Bolsa Família 2003 - 2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, 2010, v. 2, p. 89-110.

VAZ, Lúcio. Bolsa Emprego. **ISTOÉ**, São Paulo, v. 35, n. 2168, p. 58-59, 01 jun. 2011.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. **Bolsa Família: avanços, limites e possibilidades do programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

ZANELLA, L. C. H. **Técnicas de pesquisa**. Florianópolis: UFSC, Departamento de Ciências Contábeis, 2007. 148 p. [adaptação: Eleonora Falcão Vieira, Marialice de Moraes].

ZEPEDA, Eduardo. **Crescimento pró-pobres: o que é?** Disponível em:
<<http://www.ipcundp.org/pub/port/IPCOnePager1.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

APÊNDICE A - CRITÉRIO CALINSKI-HARABASZ PARA NÚMERO ÓTIMO DE GRUPOS EM 2004, 2006 E 2008

	2 Grupos	3 Grupos	4 Grupos	5 Grupos	6 Grupos	7 Grupos
2004	481,75	593.42	642.25	902.35	937.27	914.12
2006	275.47	452.25	474.87	464.30	423.02	372.86
2008	352.31	442.46	662.59	830.06	819.04	-

Fonte: Elaboração do autor a partir dos resultados de cluster *k-means*.

APÊNDICE B - MUNICÍPIOS DE SC COM MAIORES PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES

2004		2006		2008	
Município	PIB	Município	PIB	Município	PIB
SÃO FRANCISCO DO SUL	51.053	SÃO FRANCISCO DO SUL	76.248	SÃO FRANCISCO DO SUL	80.396
VARGEM BONITA	39.297	TREZE TÍLIAS	40.092	ITAJAÍ	59.928
SEARA	34.537	ITAJAÍ	38.563	TREZE TÍLIAS	52.557
PRESIDENTE CASTELO BRANCO	34.191	VARGEM BONITA	36.678	VARGEM BONITA	41.649
TREZE TÍLIAS	32.218	CORDILHEIRA ALTA	29.270	CORDILHEIRA ALTA	41.185
CATANDUVAS	29.412	ANTÔNIO CARLOS	26.884	SEARA	39.893
JARAGUÁ DO SUL	29.157	SEARA	26.465	GUARAMIRIM	36.097
ITÁ	28.023	JOAÇABA	25.303	JARAGUÁ DO SUL	35.226
NOVA VENEZA	25.511	GUARAMIRIM	25.166	VIDEIRA	32.677
ANTÔNIO CARLOS	25.483	NOVA VENEZA	24.014	BRAÇO DO TROMBUDO	32.442
ITAPIRANGA	24.774	SALTO VELOSO	23.976	ITAPIRANGA	32.346
CAPINZAL	24.705	VIDEIRA	23.543	NOVA VENEZA	32.198
PIRATUBA	24.558	CATANDUVAS	22.700	SALTO VELOSO	32.046
CORDILHEIRA ALTA	24.136	JARAGUÁ DO SUL	22.600	GUATAMBÚ	31.569
OTACÍLIO COSTA	23.836	ITAPIRANGA	22.320	JOAÇABA	31.074
TROMBUDO CENTRAL	23.763	JOINVILLE	21.538	CAPINZAL	30.684
IPUMIRIM	23.753	POMERODE	21.507	ANTÔNIO CARLOS	28.764
XAVANTINA	22.941	BRUSQUE	21.209	CATANDUVAS	28.519
VIDEIRA	22.483	BLUMENAU	20.244	ÁGUA DOCE	28.201
SALTO VELOSO	22.312	TROMBUDO CENTRAL	19.526	OURO VERDE	27.141
SÃO LUDGERO	21.000	BRAÇO DO TROMBUDO	19.493	ITÁ	27.107
OURO VERDE	20.169	TIMBÓ	19.483	JOINVILLE	26.865
JABORÁ	20.095	CAPINZAL	19.126	TURVO	25.966
BRAÇO DO TROMBUDO	19.982	PONTE ALTA DO NORTE	18.848	TREVISÓ	25.935
IOMERÊ	19.415	OTACÍLIO COSTA	18.838	IPUMIRIM	25.293
CONCÓRDIA	19.335	RIO DO SUL	18.788	POMERODE	25.028
NOVA ERECHIM	19.087	MONDAÍ	18.605	CHAPECÓ	25.003
TREVISÓ	18.744	ERMO	18.290	BLUMENAU	24.959
TRÊS BARRAS	18.645	CONCÓRDIA	18.188	MONDAÍ	24.468
QUILOMBO	18.586	SÃO LUDGERO	18.168	FORQUILHINHA	24.416

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE

APÊNDICE C - MUNICÍPIOS DE SC COM MENORES PIB PER CAPITA A PREÇOS CORRENTES

2004		2006		2008	
Município	PIB	Município	PIB	Município	PIB
ARMAZÉM	5.982	SÃO JOÃO DO SUL	7.197	TIMBÉ DO SUL	9.654
PRAIA GRANDE	5.950	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	7.176	BANDEIRANTE	9.595
NAVEGANTES	5.948	JARDINÓPOLIS	7.157	JOSÉ BOITEUX	9.529
SÃO JOAQUIM	5.866	PRAIA GRANDE	7.054	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	9.528
ITAPOÁ	5.790	ZORTÉA	7.031	PRAIA GRANDE	9.406
URUBICI	5.556	CANELINHA	6.970	RIO RUFINO	9.350
URUPEMA	5.512	ANGELINA	6.921	PONTE SERRADA	9.271
ENTRE RIOS	5.312	OURO	6.893	SÃO BONIFÁCIO	9.267
PAULO LOPES	5.280	IPUAÇU	6.884	IMARUÍ	9.207
LEBON RÉGIS	5.223	SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	6.850	PORTO UNIÃO	9.163
SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	5.212	LAGUNA	6.739	CALMON	9.161
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	5.081	TIMBÉ DO SUL	6.732	SUL BRASIL	9.106
DIONÍSIO CERQUEIRA	5.024	GOVERNADOR CELSO RAMOS	6.685	CAPIVARI DE BAIXO	9.037
CAPIVARI DE BAIXO	5.000	BANDEIRANTE	6.582	DOCTOR PEDRINHO	8.843
BALNEÁRIO GAIVOTA	4.920	BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA	6.518	PASSO DE TORRES	8.598
PALHOÇA	4.798	CAPIVARI DE BAIXO	6.496	IPIRA	8.591
BALNEÁRIO BARRA DO SUL	4.699	BALNEÁRIO GAIVOTA	6.315	SÃO JOSÉ DO CERRITO	8.565
SANTA ROSA DO SUL	4.695	RIO RUFINO	6.221	CANELINHA	8.513
PORTO UNIÃO	4.667	PORTO UNIÃO	6.160	GOVERNADOR CELSO RAMOS	8.313
SÃO JOSÉ DO CERRITO	4.619	TIGRINHOS	6.042	LAGUNA	7.989
IMARUÍ	4.561	SANTA ROSA DO SUL	5.908	GRAVATAL	7.973
CERRO NEGRO	4.379	IPIRA	5.818	MATOS COSTA	7.759
BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA	4.329	PASSOS MAIA	5.767	ENTRE RIOS	7.578
MATOS COSTA	4.319	ENTRE RIOS	5.455	SANTA ROSA DO SUL	7.563
GRAVATAL	4.212	CAMBORIÚ	5.327	ANITA GARIBALDI	7.494
PENHA	4.088	ANITA GARIBALDI	5.226	BALNEÁRIO GAIVOTA	7.152
ANITA GARIBALDI	3.803	SÃO JOSÉ DO CERRITO	5.174	BALNEÁRIO ARROIO DO SILVA	7.091
CAMBORIÚ	3.677	CERRO NEGRO	5.107	CAMBORIÚ	6.977
LAGUNA	3.649	GRAVATAL	4.739	SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	6.941
GOVERNADOR CELSO RAMOS	3.406	MATOS COSTA	4.631	CERRO NEGRO	6.910

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IBGE

APÊNDICE D - MUNICÍPIOS DE SC COM MAIOR QUANTIDADE DE FAMÍLIAS NO PBF

2004		2006		2008	
Município	Fam. PBF	Município	Fam. PBF	Município	Fam. PBF
JOINVILLE	5.446	JOINVILLE	6.965	JOINVILLE	5.888
FLORIANÓPOLIS	4.806	LAGES	5.312	LAGES	4.947
LAGES	3.662	FLORIANÓPOLIS	5.167	FLORIANÓPOLIS	3.916
CHAPECÓ	2.974	CHAPECÓ	4.509	CHAPECÓ	3.206
CRICIÚMA	2.308	CRICIÚMA	3.293	ITAJAÍ	2.642
ITAJAÍ	2.273	ITAJAÍ	2.567	CRICIÚMA	2.568
TUBARÃO	1.741	BLUMENAU	2.530	BLUMENAU	2.485
PALHOÇA	1.723	SÃO JOSÉ	2.453	SÃO JOSÉ	1.821
SÃO JOSÉ	1.658	PALHOÇA	2.151	CANOINHAS	1.777
BLUMENAU	1.648	LAGUNA	2.061	LAGUNA	1.740
CAÇADOR	1.381	CANOINHAS	2.036	PALHOÇA	1.660
LAGUNA	1.314	ARARANGUÁ	1.793	ARARANGUÁ	1.583
ARARANGUÁ	1.130	CAÇADOR	1.724	MAFRA	1.548
XANXERÊ	1.103	MAFRA	1.703	CAÇADOR	1.520
JARAGUÁ DO SUL	1.066	CURITIBANOS	1.689	CURITIBANOS	1.468
CANOINHAS	1.053	TUBARÃO	1.588	TUBARÃO	1.367
MAFRA	1.049	XANXERÊ	1.555	CONCÓRDIA	1.250
CONCÓRDIA	1.012	CONCÓRDIA	1.538	CAMPOS NOVOS	1.185
NAVEGANTES	942	CAMPOS NOVOS	1.404	IMBITUBA	1.112
CAMPOS NOVOS	939	IMBITUBA	1.402	IÇARA	1.103
PORTO UNIÃO	926	NAVEGANTES	1.296	XANXERÊ	1.094
FRAIBURGO	913	IÇARA	1.194	ABELARDO LUZ	1.035
CURITIBANOS	869	JARAGUÁ DO SUL	1.173	PORTO UNIÃO	996
BIGUAÇU	855	PORTO UNIÃO	1.147	JARAGUÁ DO SUL	970
ARAQUARI	841	FRAIBURGO	1.116	TRÊS BARRAS	944
SÃO JOAQUIM	825	CAMBORIÚ	1.091	NAVEGANTES	943
RIO NEGRINHO	824	SÃO BENTO DO SUL	1.066	SÃO FRANCISCO DO SUL	909
IÇARA	785	ABELARDO LUZ	1.064	SÃO BENTO DO SUL	902
IMARUÍ	774	SÃO JOAQUIM	1.054	FRAIBURGO	900
SÃO FRANCISCO DO SUL	772	BIGUAÇU	1.020	BIGUAÇU	893

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do MDS

APÊNDICE E - MUNICÍPIOS DE SC COM MENOR QUANTIDADE DE FAMÍLIAS NO PBF

2004		2006		2008	
Município	Fam. PBF	Município	Fam. PBF	Município	Fam. PBF
PINHEIRO PRETO	62	SANTIAGO DO SUL	92	PINHEIRO PRETO	68
CHAPADÃO DO LAGEADO	62	ARVOREDO	87	MASSARANDUBA	65
DOCTOR PEDRINHO	61	ASCURRA	84	LAURENTINO	65
MIRIM DOCE	60	ERMO	82	ARVOREDO	63
BOM JARDIM DA SERRA	59	SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ	81	ZORTÉA	63
FLOR DO SERTÃO	59	PLANALTO ALEGRE	79	ARROIO TRINTA	62
TREZE TÍLIAS	58	PINHEIRO PRETO	79	PALMEIRA	61
TIGRINHOS	58	RIO FORTUNA	77	LAJEADO GRANDE	61
XAVANTINA	56	MAREMA	75	JARDINÓPOLIS	59
ALTO BELA VISTA	56	ARROIO TRINTA	74	AGRONÔMICA	58
PRESIDENTE CASTELO BRANCO	55	LAJEADO GRANDE	73	FLOR DO SERTÃO	58
CORDILHEIRA ALTA	54	PERITIBA	71	CORDILHEIRA ALTA	57
PRINCESA	54	JARDINÓPOLIS	71	RANCHO QUEIMADO	54
JUPIÁ	54	FLOR DO SERTÃO	71	IBIAM	54
ATALANTA	52	IBIAM	68	CUNHATAÍ	54
BELMONTE	52	CUNHATAÍ	65	SÃO BONIFÁCIO	53
MAREMA	51	ZORTÉA	64	ASCURRA	52
SÃO MIGUEL DA BOA VISTA	50	MIRIM DOCE	64	MAREMA	51
SALTINHO	49	CORDILHEIRA ALTA	60	SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	51
FORMOSA DO SUL	48	BRAÇO DO TROMBUDO	59	POMERODE	45
CUNHATAÍ	46	XAVANTINA	57	SANTA ROSA DE LIMA	45
IBIAM	45	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	51	MIRIM DOCE	44
LAJEADO GRANDE	45	SANTA ROSA DE LIMA	47	LACERDÓPOLIS	38
ARROIO TRINTA	38	ALTO BELA VISTA	46	ALTO BELA VISTA	35
IRATI	38	SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	46	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	33
TREVISÓ	35	TREVISÓ	44	BRAÇO DO TROMBUDO	32
IOMERÊ	34	LACERDÓPOLIS	36	DOCTOR PEDRINHO	32
SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA	32	DOCTOR PEDRINHO	26	BOTUVERÁ	21
SANTA ROSA DE LIMA	32	BOTUVERÁ	21	TREVISÓ	19
LACERDÓPOLIS	8	IOMERÊ	13	IOMERÊ	19

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do MDS

APÊNDICE F - MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS DE SC

2004		2006		2008	
Município	Pop.	Município	Pop.	Município	Pop.
JOINVILLE	477.971	JOINVILLE	496.051	JOINVILLE	492.101
FLORIANÓPOLIS	386.913	FLORIANÓPOLIS	406.564	FLORIANÓPOLIS	402.346
BLUMENAU	287.350	BLUMENAU	298.603	BLUMENAU	296.151
SÃO JOSÉ	192.679	SÃO JOSÉ	201.103	SÃO JOSÉ	199.280
CRICIÚMA	182.785	CRICIÚMA	188.233	CRICIÚMA	187.018
CHAPECÓ	165.220	CHAPECÓ	173.262	CHAPECÓ	171.789
LAGES	165.068	LAGES	168.384	ITAJAÍ	169.927
ITAJAÍ	161.789	ITAJAÍ	168.088	LAGES	166.983
JARAGUÁ DO SUL	124.661	JARAGUÁ DO SUL	131.786	JARAGUÁ DO SUL	136.282
PALHOÇA	120.346	PALHOÇA	128.102	PALHOÇA	128.360
TUBARÃO	93.238	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	97.954	BRUSQUE	99.917
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	90.461	TUBARÃO	95.339	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	99.493
BRUSQUE	85.218	BRUSQUE	89.254	TUBARÃO	95.855
SÃO BENTO DO SUL	73.189	SÃO BENTO DO SUL	76.604	SÃO BENTO DO SUL	75.543
CAÇADOR	69.767	CAÇADOR	72.606	CAÇADOR	70.088
CONCÓRDIA	65.754	CONCÓRDIA	66.941	CONCÓRDIA	69.766
ARARANGUÁ	60.076	ARARANGUÁ	62.442	RIO DO SUL	59.236
BIGUAÇU	55.267	BIGUAÇU	58.435	ARARANGUÁ	59.134
RIO DO SUL	54.713	IÇARA	56.423	IÇARA	56.360
IÇARA	54.041	RIO DO SUL	56.063	CAMBORIÚ	56.315
CANOINHAS	52.647	GASPAR	54.396	NAVEGANTES	55.691
GASPAR	51.955	CANOINHAS	53.094	BIGUAÇU	55.665
MAFRA	51.427	CAMBORIÚ	53.004	GASPAR	54.687
CAMBORIÚ	49.469	MAFRA	52.082	CANOINHAS	54.408
LAGUNA	48.956	NAVEGANTES	50.888	MAFRA	52.697
NAVEGANTES	47.349	LAGUNA	49.568	LAGUNA	51.282
VIDEIRA	45.699	INDAIAL	47.612	INDAIAL	49.959
INDAIAL	45.343	VIDEIRA	47.510	VIDEIRA	46.157
RIO NEGRINHO	42.451	RIO NEGRINHO	44.542	RIO NEGRINHO	44.023
XANXERÊ	39.812	XANXERÊ	40.862	XANXERÊ	41.766

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IPEA

APÊNDICE G - MUNICÍPIOS MENOS POPULOSOS DE SC

2004		2006		2008	
Município	Pop.	Município	Pop.	Município	Pop.
PAINEL	2.452	MAREMA	2.386	URUPEMA	2.576
PLANALTO ALEGRE	2.394	PLANALTO ALEGRE	2.368	CORONEL MARTINS	2.567
SANTA HELENA	2.393	PALMEIRA	2.318	RIO RUFINO	2.510
PALMEIRA	2.261	SANTA HELENA	2.307	SANTA HELENA	2.496
BELMONTE	2.251	LACERDÓPOLIS	2.242	PALMEIRA	2.428
LACERDÓPOLIS	2.221	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	2.155	BOM JESUS	2.394
ÁGUAS FRIAS	2.186	BELMONTE	2.103	PAINEL	2.360
OURO VERDE	2.154	JUPIÁ	2.099	PRESIDENTE NEREU	2.324
JUPIÁ	2.136	SANTA ROSA DE LIMA	2.089	MAREMA	2.312
ARVOREDO	2.112	BOM JESUS	2.079	LACERDÓPOLIS	2.260
BOM JESUS DO OESTE	2.095	BOM JESUS DO OESTE	2.071	ARVOREDO	2.249
PRESIDENTE CASTELO BRANCO	2.082	OURO VERDE	2.067	OURO VERDE	2.197
BOM JESUS	2.069	ERMO	2.056	JUPIÁ	2.190
IRATI	2.069	ÁGUAS FRIAS	2.037	BARRA BONITA	2.122
PRESIDENTE NEREU	2.064	ARVOREDO	2.026	SANTA ROSA DE LIMA	2.096
SANTA ROSA DE LIMA	2.064	PAIAL	1.978	BOM JESUS DO OESTE	2.075
ERMO	2.056	IRATI	1.971	ALTO BELA VISTA	2.075
BARRA BONITA	2.003	PRESIDENTE NEREU	1.958	IRATI	2.059
PAIAL	2.001	BARRA BONITA	1.952	IBIAM	2.052
TIGRINHOS	1.919	TIGRINHOS	1.936	SÃO MIGUEL DA BOA VISTA	2.027
ALTO BELA VISTA	1.913	IBIAM	1.873	CUNHATAÍ	1.938
CORONEL MARTINS	1.905	ALTO BELA VISTA	1.831	JARDINÓPOLIS	1.893
IBIAM	1.898	JARDINÓPOLIS	1.811	ERMO	1.877
JARDINÓPOLIS	1.867	CUNHATAÍ	1.704	PAIAL	1.852
CUNHATAÍ	1.740	CORONEL MARTINS	1.692	MACIEIRA	1.799
MACIEIRA	1.712	LAJEADO GRANDE	1.660	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	1.794
SÃO MIGUEL DA BOA VISTA	1.708	MACIEIRA	1.629	TIGRINHOS	1.780
LAJEADO GRANDE	1.633	FLOR DO SERTÃO	1.625	FLOR DO SERTÃO	1.694
FLOR DO SERTÃO	1.621	SÃO MIGUEL DA BOA VISTA	1.571	LAJEADO GRANDE	1.494
SANTIAGO DO SUL	1.573	SANTIAGO DO SUL	1.519	SANTIAGO DO SUL	1.467

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do IPEA

APÊNDICE H - MOBILIDADE DOS MUNICÍPIOS DE SC NOS GRUPOS EM 2004, 2006 E 2008

Posição dos Municípios nos Cluster											
Município	Grupo 2004	Grupo 2006	Grupo 2008	Município	Grupo 2004	Grupo 2006	Grupo 2008	Município	Grupo 2004	Grupo 2006	Grupo 2008
ABDONBATISTA	6	3	3	GRAOPARÁ	4	3	2	PINHEIROPRETO	3	2	5
ABELARDOLUZ	4	3	2	GRAVATAL	6	3	3	PIRATUBA	2	3	2
AGROLÂNDIA	4	2	2	GUABIRUBA	4	2	5	PLANALTOALEGRE	4	3	3
AGRONOMICA	3	3	2	GUARACIABA	5	3	2	POMERODE	3	4	4
AGUADOCE	3	4	5	GUARAMIRIM	3	4	4	PONTEALTA	5	3	2
AGUASDECHAPECO	6	3	3	GUARUJADOSUL	5	3	2	PONTEALTADONORTE	3	4	5
AGUASFRIAS	4	2	5	GUATAMBU	3	2	5	PONTESERRADA	5	3	3
AGUASMORNAS	6	3	3	HERVALDOESTE	4	2	2	PORTOBELO	6	2	2
ALFREDOWAGNER	5	2	5	IBIAM	3	3	3	PORTOUNIAO	6	3	3
ALTOBELAVISTA	3	3	2	IBICARÉ	4	3	3	POUSOREDONDO	4	2	2
ANCHIETA	5	3	2	IBIRAMA	5	3	3	PRAIAGRANDE	6	3	3
ANGELINA	6	3	3	IÇARA	5	3	2	PRESIDENTECASTELOBRANCO	1	3	3
ANITAGARIBALDI	6	3	3	ILHOTA	6	3	3	PRESIDENTEGETULIO	3	2	5
ANITÁPOLIS	5	3	2	IMARUI	6	3	3	PRESIDENTENEREU	5	2	2
ANTÔNIOCARLOS	2	4	4	IMBITUBA	5	2	5	PRINCESA	6	3	3
APIUNA	3	2	5	IMBUIA	5	3	2	QUILOMBO	3	2	5
ARABUTÁ	4	3	3	INDAIAL	3	4	5	RANCHOQUEIMADO	5	3	2
ARAQUARI	5	3	2	IOMERÉ	3	3	2	RIODASANTAS	4	3	3
ARARANGUÁ	6	3	3	IPIRA	5	3	3	RIODOCAMPO	5	3	2
ARMAZÉM	6	3	3	IPORADOESTE	5	3	2	RIODOESTE	5	2	2
ARROTRIUNTA	4	3	3	IPUJACU	5	3	3	RIODOSUL	4	4	5
ARVOREDO	3	3	3	IPUMIRIM	2	2	5	RIODOSCEDROS	4	2	2
ASCURRA	5	3	2	IRACEMINHA	5	3	3	RIOFORTUNA	5	3	2
ATALANTA	5	3	2	IRANI	5	3	3	RIONEGRINHO	4	3	2
AURORA	5	2	2	IRATI	5	3	3	RIORUFINO	6	3	3
BALNEÁRIOARROIODOSILVA	6	3	3	IRINEÓPOLIS	4	3	2	RIQUEZA	5	3	3
BALNEÁRIOBARRADOSUL	6	3	3	ITA	2	2	2	RODEIO	5	3	3
BALNEÁRIOCAMBORIÚ	6	2	2	ITAIÓPOLIS	5	3	2	ROMELÂNDIA	6	3	3
BALNEÁRIOGAIVOTA	6	3	3	ITAJAÍ	4	1	1	SALETE	4	3	2
BANDEIRANTE	6	3	3	ITAPEMA	6	3	3	SALTINHO	6	3	3
BARRABONITA	5	3	3	ITAPIRANGA	2	4	4	SALTOVELOSO	2	4	4
BARRAVELHA	5	2	2	ITAPOA	6	3	3	SANGÃO	6	3	3
BELAVISTADOTOLDO	5	3	3	ITUPORANGA	5	2	5	SANTACECÍLIA	4	2	2
BELMONTE	5	3	2	JABORÁ	3	3	2	SANTAHÉLENA	5	3	2
BENEDITONOVO	4	2	2	JACINTOMACHADO	4	3	2	SANTAROSADELIMA	5	3	2
BIGUAÇU	5	2	5	JAGUARUNA	6	3	3	SANTAROSADOSUL	6	3	3
BLUMENAU	4	4	4	JARAGUÁSOSUL	2	4	4	SANTATEREZINHA	5	3	3
BOCAINADOSUL	5	3	2	JARDINÓPOLIS	4	3	3	SANTATEREZINHADOPROGRESSO	5	3	3
BOMJARDIMDASERRA	5	3	2	JOACABA	3	4	4	SANTIAGODOSUL	5	3	2
BOMJESUS	5	2	2	JOINVILLE	3	4	4	SANTOAMARODAMPERATRIZ	6	3	3
BOMJESUSDOOESTE	5	3	3	JOSEBOITEUX	6	3	3	SAOBENTODOSUL	3	2	5
BOMRETIRO	5	3	2	JUPIÁ	5	3	3	SAOBERNARDINO	5	3	2
BOMBINHAS	6	3	2	LACERDÓPOLIS	3	3	3	SAOBONIFÁCIO	6	3	3
BOTUVERA	4	2	5	LAGES	5	2	2	SAO CARLOS	5	3	2
BRACODONORTE	4	3	2	LAGUNA	6	3	3	SAOCRISTÓVADOSUL	3	2	2
BRACODOTROMBUDO	3	4	4	LAJEADOGRADE	3	3	2	SAODOMINGOS	5	2	2
BRUNOPOLIS	5	3	3	LAURENTINO	4	2	5	SAOFRANCISCODOSUL	1	1	1
BRUSQUE	3	4	4	LAUROMULLER	5	3	2	SAOJOÃOBATISTA	4	2	5
CAÇADOR	4	2	5	LEBONREGIS	6	3	3	SAOJOÃOÓDITOAPERIU	3	2	2
CAIBI	4	2	2	LEOBERTOAL	5	3	2	SAOJOÃOODOESTE	4	2	2
CALMON	6	3	3	LINDÓIADOSUL	3	3	2	SAOJOÃOADOSUL	6	3	3
CAMBORIÚ	6	3	3	LONTRAS	6	3	3	SAOJOAQUIM	6	3	2
CAMPOALEGRE	4	3	2	LUIZALVES	3	2	5	SAOJOSE	5	2	5
CAMPOBELLOSUL	5	3	3	LUZERNA	4	3	2	SAOJOSEDOCEDRO	5	2	2
CAMPOERÉ	4	2	5	MACIEIRA	5	3	2	SAOJOSEDOCERRITO	6	3	3
CAMPONOVOS	4	2	5	MAFRA	4	2	2	SAOLOURENÇODOESTE	3	4	5
CANELINHA	6	3	3	MAJORGERCINO	4	3	3	SAOLUDGERO	2	4	5
CANOINHAS	5	2	2	MAJORVIEIRA	5	3	2	SAOMARTINHO	5	3	3
CAPÃOALTO	4	3	2	MARACAJÁ	5	2	2	SAOMIGUELDABOAVISTA	5	3	3
CAPINZAL	2	4	5	MARAVILHA	4	2	5	SAOMIGUELDOOESTE	4	2	5
CAPIVARIDEBAIXO	6	3	3	MAREMA	3	3	3	SAOPEDRODEALCANTARA	6	3	3
CATANDUVAS	2	4	4	MASSARANDUBA	3	2	5	SAUDADES	3	2	5
CAXAMBUDOSUL	5	3	3	MATOSCOSTA	6	3	3	SCHROEDER	5	2	2
CELSORAMOS	6	3	3	MELEIRO	3	2	5	SEARA	1	4	4
CERRONEGRE	6	3	3	MIRIMDOCE	4	3	3	SERRAALTA	5	3	3
CHAPADÃOOLAGEADO	5	2	2	MODELO	6	3	3	SIDERÓPOLIS	4	2	2
CHAPECO	3	4	5	MONDAI	4	4	5	SOMBRIO	6	3	3
COCALDOSUL	3	2	5	MONTECARLO	6	3	3	SULBRASIL	5	3	3
CONCÓRDIA	3	4	5	MONTECASTELO	4	3	3	TAIO	4	2	2
CORDILHEIRAALTA	2	4	4	MORRODAFUMACA	3	2	5	TANGARÁ	3	2	5
CORONELFREITAS	4	3	2	MORROGRANDE	5	3	3	TIGRINHOS	6	3	3
CORONELMARTINS	4	3	2	NAVEGANTES	6	3	2	TJUCAS	4	2	5
CORREIAPINTO	3	2	5	NOVAERCHIM	3	3	2	TIMBEDOSUL	5	3	3
CORUPA	4	2	2	NOVAITABERABA	4	3	3	TIMBÓ	3	4	4
CRICIUMA	5	2	2	NOVATRENTO	5	3	2	TIMBÓGRANDE	4	3	2
CUNHAPORA	5	2	5	NOVAVEZEZA	2	4	4	TRESBARRAS	3	2	5
CUNHATÁ	4	3	3	NOVOHORIZONTE	4	2	2	TREVISÓ	3	4	5
CURITIBANOS	5	2	2	ORLEANS	4	2	5	TREZEDEMAIO	5	3	3
DESCANSO	5	3	2	OTÁCILIOCOSTA	2	4	5	TREZETÍLIAS	1	1	1
DIONÍSIOCERQUEIRA	6	3	3	OURO	4	3	3	TROMBUDOCENTRAL	2	4	4
DONAEMMA	5	3	2	OUROVERDE	3	2	5	TUBARÃO	5	2	2
DOUTORPEDRINHO	6	3	3	PAIAL	4	3	3	TUNAPOLIS	4	3	2
ENTRERIOS	6	3	3	PAINEL	5	3	3	TURVO	3	2	5
ERMO	3	4	5	PALHOCA	6	3	3	UNIÃOODOESTE	3	3	3
ERVALVELHO	4	3	2	PALMASOLA	5	3	2	URUBICI	6	3	3
FAXINALDOSGUEDES	3	2	2	PALMEIRA	3	2	5	URUPEMA	6	3	3
FLORDOSERTÃO	4	3	3	PALMITOS	5	2	5	URUSSANGA	4	2	5
FLORIANÓPOLIS	4	2	5	PAPANDUVA	5	3	2	VARGEÃO	4	2	5
FORMOSADOSUL	5	3	3	PARAISO	5	3	3	VARGEM	6	3	3
FORQUILHINHA	3	2	5	PASSOSETORRES	6	3	3	VARGEMBONITA	1	1	1
FRAIBURGO	5	2	2	PASSOSMAIA	6	3	3	VIDALRAMOS	5	2	2
FREIROGÉRIO	5	3	3	PAULOPES	6	3	3	VIDEIRA	2	4	4
GALVÃO	4	3	3	PEDRASGRANDES	5	3	2	VITORMEIRELES	6	3	3
GAROPABA	6	3	2	PENHA	6	3	3	WITMARSUM	5	2	2
GARUVA	5	2	2	PERITIBA	4	3	2	XANXERÊ	4	2	5
GASPAR	4	2	5	PETROLÂNDIA	6	3	2	XAVANTINA	2	2	2
GOVERNADORCELSORAMOS	6	3	3	PIÇARRAS	5	2	2	XAXIM	3	2	5
				PINHALZINHO	4	2	5	ZORTEA	5	3	3